



MARTINI MEAT S.A. - ARMAZÊNS GERAIS - CNPJ nº 75.294.801/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Curitiba-PR, 11 de abril de 2025. A DIRETORIA.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	7	71.391	47.052	71.861	47.127	Fornecedores	17	59.231	28.994	59.969	29.548
Contas a receber de clientes	9	51.628	41.584	55.795	47.287	Financiamentos e empréstimos	18	31.265	57.233	37.705	66.749
Impostos a recuperar	10	5.540	5.839	5.548	5.874	Salários e férias a pagar	19	11.947	10.360	12.697	10.845
Desp. pagas antecipadamente		3.825	3.120	3.825	3.120	Impostos e contrib. a recolher	20	2.293	1.835	2.545	2.225
Partes relacionadas	11(a) e (b)	7.301	-	7.301	-	IR e contribuição social		626	816	987	934
Outros ativos		4.567	4.731	5.450	6.375	Passivos de arrendamentos	16	6.294	5.191	6.294	5.191
		144.252	102.326	149.780	109.783	Outras contas a pagar	20	4.073	12.832	4.264	13.363
								115.729	117.261	124.461	128.855
Não circulante											
Aplicação financeira	8	16.212	22.061	17.793	23.532	Não circulante					
Depósitos judiciais	22	5.439	8.987	5.439	8.987	Fornecedores	17	23.542	51.517	23.542	51.517
Partes relacionadas	11(a) e (b)	-	2.005	-	1.072	Financiamentos e empréstimos	18	244.957	229.128	268.015	253.465
Impostos a recuperar	10	5.660	2.954	5.660	2.954	IR e contribuição social		257	578	257	578
IR e contrib. social diferidos	21	6.333	-	6.995	-	Adiant. p futuro aum. de capital	11	73.295	69.970	73.295	69.970
Propriedades para investimento	12	8.300	8.300	8.300	8.300	IR e contrib. social diferidos	21	-	10.315	-	9.351
Investimentos	13	174.256	171.366	-	-	Partes relacionadas	11	10.887	-	10.002	-
Imobilizado	14	609.360	620.151	807.650	817.589	Passivos de arrendamentos	16	19.660	21.758	19.660	21.758
Intangível	15	78.468	82.202	78.468	83.102	Provisão para litígios	22	7.340	8.898	7.340	8.898
Ativo de direito de uso	16	21.415	22.785	21.415	22.785	Outras contas a pagar	20	13.446	12.052	14.346	12.052
		925.443	940.811	951.720	968.321			393.384	404.216	416.457	427.589
Patrimônio líquido											
Capital social						Capital social	23.1	605.411	532.441	605.411	532.441
Prejuízos acumulados						Prejuízos acumulados		(44.828)	(10.781)	(44.828)	(10.781)
								560.583	521.660	560.583	521.660
								1.069.696	1.043.137	1.101.501	1.078.104
Total do Ativo											
		1.069.696	1.043.137	1.101.501	1.078.104	Total do Passivo					
								1.069.696	1.043.137	1.101.501	1.078.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota
			legal	retenção de lucros					
Incorporação reversa		78.169	4.150	46.966	5.432	-	134.717		
Valor justo decorrente combinação de negócios incorporado	1.2	(78.169)	(4.150)	(46.966)	(5.432)	6.368	(134.717)		
Capital social incorporado	1.2	532.441	-	-	-	532.441	532.441		
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.149)	(17.149)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		532.441	-	-	-	521.660	521.660		
Aumento de capital	23.1	72.970	-	-	-	72.970	72.970		
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(34.047)	(34.047)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		605.411	-	-	-	560.583	560.583		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A Martini Meat S.A. - Armazêns Gerais ("Martini Meat" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluindo produtos congelados e resfriados, in natura ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfiamento, encasqueamento e costuras de sacos, utilização e desutilização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios. Serviços de transporte de longa e curta distância no Brasil atendendo áreas rurais de produção de proteína que são formadas principalmente por produtos de exportação. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e a suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo").

1.1. Subsidiária - A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as políticas contábeis. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e sua controlada direta, conforme segue:

Entidade	Controle	Participação societária %	
		2024	2023
MRV Armazéns e Logística Ltda. ("MRV")	Direto	100,00	100,00
1.2. Reestruturação societária - Em 1º de junho de 2023, Companhia incorporou de forma reversa a sua então controladora DMX Logística Ltda. ("DMX"), sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Bertolino Serra, nº 250, que era controlada diretamente pela ECLA Brazil Holdings Ltda. ("ECLA Brazil"), com 100% de participação. Com essa operação, a ECLA Brazil passou a ser sócia ingressante e acionista majoritária com participação de 100% na Companhia, que anteriormente era controlada de forma indireta por aquela entidade. A seguir estão apresentados os saldos da DMX que foram incorporados na Companhia em 1º de junho de 2023:			
Ativo	01/06/2023	Passivo	01/06/2023
Circulante			
Caixa e equiv. de caixa	684	Fornecedores	5.641
Contas a rec. de clientes	5.177	Emprést. e financiamentos	12.496
Impostos a recuperar	7.317	Salários e enca. a pagar	2.218
Outras contas a receber	1.286	Impostos a recolher	2.218
Partes relacionadas	2.072	Passivo de Direito de Uso	1.801
Outros ativos	317	Outras contas a pagar	31.552
	16.853		48.400
Não circulante			
Depósitos judiciais	61	Emprést. e financiamentos	22.252
Investimentos Martini	135.261	Contingências	250
Investimentos MRV	64.018	IR e CS diferidos	6.544
Imobilizado	52.944		29.045
Intangível	360.142	Patrimônio líquido	
Ativo de direito de uso	1.786	Capital social	532.441
	608.071	Reservas de lucros	17.174
		Ajuste de aval.patrim.	547.479
	624.924		624.924

A incorporação reversa foi motivada por uma melhor sinergia entre as empresas do Grupo. Com a incorporação houve o aumento de capital para R\$ 532.441 na Companhia, em 2023. Os efeitos das mensurações ao valor justo decorrentes de combinações de negócios que foram incorporados na Companhia totalizaram R\$ 6.368, em 2023. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. **4. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1. Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 16** - prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. **4.2. Incerteza sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos controlados: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **• Notas explicativas 13 e 15** - valor recuperável do ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura. **• Nota explicativa 14** - determinação das vidas úteis do ativo imobilizado; **• Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **4.3. Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis

de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 12** - propriedade para investimento; **• Nota explicativa 27** - instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração - As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto às informações mensuradas ao valor justo. **6. Principais políticas contábeis** - O Grupo aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **6.1. Moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **6.2. Receita de contrato com cliente** - As informações sobre as políticas contábeis do Grupo, relacionadas aos contratos com clientes, são fornecidas na nota explicativa 24. **6.3. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui benefícios a empregados de longo prazo. **6.4. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos e variação cambial. **6.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e a contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **6.5.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6. Imobilizado** - **6.6.1. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **6.6.2. Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício apresentado são:

Edificações.....	2% a 4% a.a
Veículos e tratores.....	6% a 17% a.a
Máquinas e equipamentos.....	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios.....	10% a.a
Outros.....	4% a 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **6.7. Intangível** - **6.7.1. Ágio** - O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio e as mais valias decorrentes da aquisição Martini, pela sua então controladora, DMX, incorporados reversamente, não foram protocolados

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)						Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Receita líquida de venda	24	374.216	279.767	404.679	298.764	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Custos dos serviços prestados	25	(311.039)	(224.908)	(331.620)	(235.354)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contrib. social					
Lucro bruto		63.177	54.859	73.059	63.410	Ajustes por:					
Receita (despesas) operacionais						Depreciação e amortização	14.1, 15.1 e 25	(50.695)	(26.026)	(49.133)	(23.956)
Vendas	25	(2.566)	(2.100)	(2.566)	(2.100)						
Administrativas e gerais	25	(32.893)	(25.585)	(36.625)	(25.709)	Deprec. do ativo de direito de uso	16.1 e 25	36.085	38.755	38.612	41.817
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	25	(1.669)	(2.928)	(1.669)	(2.928)	Desp. do ativo de arrendamento	16.1 e 26	13.714	9.466	13.714	9.466
Resultado de equiv. patrimonial	13	(180)	1.687	-	-	Custo residual do ativo		3.472	3.032	3.472	3.032
Outras receitas operacionais	25	(21.479)	(2.837)	(20.576)	(5.814)	imobilizado e intangível alienados ou baixados	13.1 e 15.1	1.362	221	1.358	221
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		4.390	23.096	11.623	26.859	Perda por redução ao valor recuperável de ágio	15.2	-	-	900	-
Receitas financeiras	26	2.812	2.598	3.210	2.782	Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	9	(1.669)	(2.928)	(1.669)	(2.928)
Despesas financeiras	26	(57.897)	(51.720)	(63.965)	(53.597)	Equivalência patrimonial	23.1	180	(1.687)	-	-
Resultado financeiro líquido		(55.085)	(49.122)	(60.755)	(50.815)	Provisões para litígios	12.1	2.862	586	2.862	586
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(50.695)	(26.026)	(49.133)	(23.956)	Juros sobre fornecedores	17(a)	7.307	-	7.307	-
IR e contrib. social - diferido	21.2	16.648	8.741	16.346	8.552	Juros sobre empréstimos	18.1 e 26	45.040	41.522	49.182	43.399
IR e contrib. social - corrente	21.2	-	136	(1.260)	(1.745)						
Prejuízo do exercício		(34.047)	(17.149)	(34.047)	(17.149)						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.											

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)						Variações nos ativos e passivos:				3.783	62.941	66.005	71.857	
	Controladora		Consolidado											
	2024	2023	2024	2023										
Prejuízo do exercício	(34.047)	(17.149)	(34.047)	(17.149)	Contas a receber	(8.376)	(13.911)	(6.840)	(13.911)					
Outros resultados abrangentes					Impostas a recuperar	(2.407)	1.589	(2.380)	1.589					
Resultado abrangente do exercício	<u>(34.047)</u>	<u>(17.149)</u>	<u>(34.047)</u>	<u>(17.149)</u>	Outras contas a receber	5.040	(1.625)	3.993	(1.300)					
					Depósitos judiciais	(872)	135	(872)	135					
					Fornecedores	5.226	1.519	5.410	1.519					
					Impostos e contribuições a recolher	458	(6.277)	(1.208)	(13.740)					
					Salários e encargos a pagar	1.587	1.743	1.852	1.743					
					Outras contas a pagar	(1.548)	3.869	(988)	3.995					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.														



Acesse também pelo link:
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>

>>> continuação **MARTINI MEAT S.A. - ARMAZÉNS GERAIS - CNPJ nº 75.294.801/0001-06**

arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece o ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustada para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o comprador do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações de acordo com o valor recuperável. O passivo de arrendamento é medido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como

taxa de desconto, O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil

do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos".

16.3.1. Arrendamento de ativos de baixo valor - O Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para opções por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

16.3.2.1. Como arrendador - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo de

arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS Accounting Standards 15 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplicará os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS Accounting Standards 9 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de "outras receitas". 6.14. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas.** Uma série de novas normas contábeis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo:

Novos requerimentos atualmente vigentes - Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade em períodos de reporte anual iniciados em 1º de janeiro de 2024.

• **Novas normas ou alterações:** Passivos não circulantes com cláusulas restritivas - Alterações ao CPC 26; e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26.

Aplicação e impactos: A classificação de certos passivos como circulantes ou não circulantes pode mudar e, além disso, as empresas podem precisar fornecer novas divulgações para passivos sujeitos a *covenants*. Antes da alteração o Grupo que possuía uma dívida deveria ter um direito seja incondicional de adiar a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do relatório. Com a alteração foi removido o requisito de que um direito seja incondicional e, em vez disso, agora exige que um direito de adiar a liquidação exista na data do relatório e tenha substância. Outra alteração é relativa aos passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros, as empresas agora precisarão divulgar informações para ajudar os usuários a entender o risco de que esses passivos possam se tornar reembolsáveis dentro de 12 meses após a data do relatório. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações financeiras.

normas ou alterações: Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06. **Aplicação e impactos:** A alteração do CPC 06 Arrendamentos encerrou as transações de *sale-and-leaseback* com uma proposta de financiamento *off-balance sheet*. No entanto, não encerrou os debates sobre a contabilidade de *sale-and-leaseback*. Os negócios em si são frequentemente altamente estruturados e podem ser materiais, especialmente para vendedores/arrendatários, e a contabilidade deles pode ser complexa. Avaliar se uma transação *sale-and-leaseback* se qualifica para contabilidade de venda e *leaseback* sob o CPC 06 é um julgamento fundamental. Calcular o lucro ou prejuízo na venda também nem sempre é intuitivo. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações financeiras. • **Novas normas ou alterações:** Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 06 e CPC 40. **Aplicação e impactos:** As alterações não produziram divulgação adicional relevante para as empresas que celebraram acordos. No entanto, elas não abordam a classificação e a apresentação dos passivos e fluxos de caixa relacionados. As alterações prevalecem para operações onde um provedor de financiamento paga valores que o comprador deve aos seus fornecedores. Também quando uma empresa concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos na mesma data ou em uma data posterior à data em que seus fornecedores são pag. E por fim, quando a empresa recebe prazos de pagamento estendidos ou os fornecedores se beneficiam de prazos de pagamento antecipados, em comparação com a data de vencimento.

do pagamento da fatura relacionada. As alterações não se aplicam a acordos de financiamento de contas a receber ou estoque. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política contábil advinda nas preparação destas demonstrações financeiras. **Futuros requisitos:** Esta tabela apresenta uma lista de futuras alterações de Normas contábeis que devem ser aplicadas por uma Entidade nos períodos futuros de reporte conforme tabela abaixo. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma alteração futura na preparação destas demonstrações financeiras. ***Data efetiva:** 1º de janeiro de 2025. **Novas normas ou alterações:** Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02). **2. Aplicação e impactos:** O IASB alterou IAS 21, equivalente ao CPC 02/20, para esclarecer quando uma moeda é trocável por outra moeda e como uma empresa estima uma taxa à vista quando uma moeda não tem capacidade de troca. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***Data efetiva:** 1º de janeiro de 2025.

2026. Novas normas ou alterações: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40. **Aplicação e impactos:** O IASB alterou o IFRS Accounting Standards 9 Financial Instruments, equivalente ao CPC 48, nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes. O IASB também alterou o IFRS Accounting Standards 7 Financial Instruments: Disclosures, equivalente ao CPC 40. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo. • **Data efetiva:** 1º de janeiro de 2026. **Novas normas ou alterações:** Annual Improvements to IFRS Accounting Standards Volume 11. **Aplicação e impactos:** As alterações do IASB eliminam o conflito entre o CPC 48 e CPC 47, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23(a) da IASB Accounting Standards 17 Leases. O impacto da alteração é o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no CPC 47. As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o CPC 48. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente nos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório.

anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo. • **Data efetiva:** 1º de janeiro de 2027. **Novas normas ou alterações:** IFRS Accounting Standards 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. **Aplicação e impactos:** As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS Accounting Standards podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS Accounting Standards 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo, devido à Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários. • **Data efetiva:** Disponível para adoção opcional,data efetiva deferida por tempo indeterminado. **Novas normas ou alterações:** Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na CPC 36 e na CPC 18). **Aplicação e impactos:** Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo. • **Novas normas ou alterações:** Mudanças de uma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas adotadas destas alterações na preparação das destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1.586	3.155	1.644	3.230
Aplicações financeiras	69.805	43.897	70.217	43.897
Total	71.391	47.052	71.861	47.127

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissos de terceiros remunerados em 31 de dezembro de 2024, à taxa média de 87,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (85% em 31 de dezembro de 2023) e que apresentam liquidez imediata. **8. Aplicações financeiras (Consolidado)** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 17.793 (R\$ 23.532 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a fundo de reserva remunerada a taxa 95,25% CDI vinculado como conta garantidora da securitizadora, que intermediou a captação do Certificado de recebíveis imobiliários (CRIs). O saldo aplicado tem objetivo de liquidação eventual das obrigações de pagamentos de principal, juros, juros de mora, despesas acessórias da operação, entre outros que, por qualquer motivo, venham a não ser liquidadas pelas devedoras. Este valor fica retido na conta, em forma de aplicação financeira, sendo autorizada a liberação do valor residual da aplicação nos vencimentos finais dos CRIs, que estão previstos para 2029 e 2034.

9. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No país	54.647	46.272	58.814	51.975
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.019)	(4.688)	(3.019)	(4.688)

Total	51.628	41.584	55.795	47.287
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(4.688)	(1.760)	(4.688)	(1.760)
Adições	(605)	(2.994)	(605)	(2.994)
Baixas	2.274	66	2.274	66
	(2.999)	(4.688)	(2.999)	(4.688)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer				
Até 30 dias	48.220	35.593	51.935	40.830
Total a vencer	48.220	35.593	51.935	40.830
Vencidas				
Até 30 dias	1.497	3.791	1.702	4.253
De 31 a 90 dias	1.216	2.857	1.396	2.859
De 91 a 180 dias	833	2.008	870	2.010
Acima de 181 dias	2.880	2.023	2.912	2.023
Provisão para perdas	(3.019)	(4.688)	(3.019)	(4.688)
Total vencidas	3.407	5.991	3.861	6.457

10. Impostos a recuperar (Consolidado)	2024	2023
ICMS a recuperar	4.640	5.523
PIS e COFINS a recuperar	1.792	1.836
IRRF sobre aplicações financeiras	815	483
INSS a recuperar	3.007	-
Imposto de renda contribuição social	954	986

	11.208	8.828
Circulante	5.548	5.874
Não circulante	5.660	2.954

11. Transações com partes relacionadas - 11.1. Atividades operacionais e de investimentos - O Grupo realizou transações com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram conduzidas com base em condições específicas acordadas entre as partes. Essas transações foram devidamente aprovadas pela administração e seguem as políticas internas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2024 os saldos de transações com partes relacionadas se resumem às seguintes transações: (a) Valor de R\$ 7.301, registrado no ativo circulante, a receber da coligada SKM Empreendimentos e Participações S.A referente a cobrança dos serviços compartilhados da administração incorridos durante o exercício de 2024, conforme contrato vigente assinado em 2024. (b) Valor de R\$ 10.002, registrado no passivo não circulante, a pagar para a controladora Emergent Cold Latam LLC, como cobrança dos serviços compartilhados de despesas da administração, conforme contrato vigente assinado no exercício de 2023. - Valor de R\$ 69.970, registrado no exercício de 2023 como adiantamento para futuro aumento de capital recebido da controladora Emergent Cold Brazil Holdings Ltda, o qual foi totalmente integralizado durante 2024, com um aporte adicional de R\$ 3.000, realizado em caixa no exercício corrente. Complementarmente, em dezembro de 2024, a Companhia recebeu um novo adiantamento para futuro aumento de capital, em caixa, no montante de R\$ 73.295. As formalizações para integralização ainda estão em processo e devem ser concluídas durante 2025. (c) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 1.072 é decorrente de transações de venda de caminhões em 2022, com a parte relacionada e coligada Galores Logística S.A. O valor foi liquidado em sua totalidade em janeiro de 2024.

11.2. Remuneração do pessoal-chave da administração - O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembleia Geral Ordinária - AGO. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.973. O Grupo não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

12. Propriedade para investimento - As propriedades para investimento referem-se a 4 terrenos localizados em Paranaíba/PR não destinados ao uso do Grupo em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. O Grupo optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 14.780 (R\$ 14.735 em 31 de dezembro de 2023), de acordo com o laudo de avaliação que o Grupo contratou de empresa que possui qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

	2024	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	2024
<i>MRV Armazéns e Logística Ltda.</i>				
Participação no patrimônio líquido contábil	68.398	3.413	3.070	74.881
Participação sobre o valor justo do imobilizado adquirido	102.068	(2.693)	-	99.375
Agio na aquisição de participação societária	900	(900)		
Total	171.366	(180)	3.070	174.256

	Investimento pela	Equivalência	
	2023	incorporação	patrimonial
2023			
<i>MRV Armazéns e Logística Ltda.</i>			
Participação no patrimônio líquido contábil	-	64.018	4.380
Participação sobre o valor justo do imobilizado adquirido	-	104.761	(2.693)
Ágio na aquisição de participação societária	-	900	900
Total	-	169.679	1.687
			171.366

13.3. Informações da controlada direta	2024	2023
Ativo circulante	7.076	8.420
Ativo não circulante	98.080	96.841
Passivo circulante	8.732	12.397
Passivo não circulante	23.058	24.711
Receita operacional líquida do exercício	30.463	18.997
Capital social	66.489	66.489
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	66.489	66.489
Patrimônio líquido	74.881	68.398
Participação no capital social	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	74.881	68.398
Resultado da investida	3.413	4.380

14. Imobilizado - 14.1. Composição e movimentação

	Controladora										
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido 2023	Aquisições	Baixas	Baixas Depreciação	Transferências (*)	Depreciação	Saldo final líquido 2024	Custo histórico	Depreciação acumulada
Edificações	516.728	(51.261)	465.467	716	-	-	-	(18.108)	448.075	517.444	(69.369)
Cavalos mecânicos e carretas	52.110	(2.323)	49.786	1.970	-	-	-	(2.481)	49.275	54.079	(4.804)
Veículos e tratores	3.874	(2.282)	1.592	246	-	-	-	(304)	1.444	4.120	(2.676)
Mão e equipamentos	103.526	(60.299)	43.227	5.311	(1.776)	-	929	(6.046)	44.445	107.990	(66.345)
Móveis e utensílios	2.367	(1.922)	445	68	-	-	-	(91)	422	2.435	(2.013)
Obras em andamento	7.773	-	7.773	11.600	(515)	-	(4.501)	-	14.357	14.357	-
Terrenos	48.710	-	48.710	-	-	-	-	-	48.710	48.710	-
Outros	17.153	(13.912)	3.241	2.599	-	-	-	(408)	5.432	19.752	(14.320)
Total	752.241	(132.089)	620.151	22.510	(2.291)	929	(4.501)	(27.438)	609.366	768.887	(159.527)

	Custo histórico	Depre- ciação acumulada	Saldo inicial liquido 2022	Mais valias incorporadas	Depreciação sobre as mais valias incorporadas	Adições por incorporações	Aquisições	Baixa	Depre- ciação	Saldo final liquido 2023	Custo histórico	Depre- ciação acumulada
Edificações	399.043	(30.358)	368.685	100.085	(3.503)	169	10.573	-	6.858	465.467	516.728	(51.261)
Cavalos mecânicos e carretas	-	-	-	-	-	52.257	-	(147)	-	49.786	52.110	(2.323)
Veículos e tratores	3.536	(2.072)	1.463	-	-	318	38	(17)	350	1.502	3.874	(2.372)
Máq. e equipamentos	84.884	(52.537)	32.347	15.772	(1.893)	14	2.583	(57)	48	43.227	103.526	(60.299)
Móveis e utensílios	2.136	(1.832)	304	-	-	75	107	-	(7.236)	445	2.367	(1.922)
Obras em andamento	7.797	-	7.797	-	-	-	7.211	-	-	7.773	7.773	-
Terrenos	7.657	-	7.657	41.053	-	-	-	-	-	48.710	48.710	-
Outros	16.549	(13.045)	3.504	-	(300)	111	493	-	-	3.241	17.153	(13.912)
Total	521.603	(99.845)	421.758	156.910	(5.696)	52.944	21.005	(221)	-	620.151	752.241	(132.089)

(*) O referido montante foi classificado para o grupo de intangíveis durante 2024

	Consolidado										
	Custo	Depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Baixas	Transfe-	Deprecia-	Saldo final	Custo	Depreciação
	histórico	acumulada	liquido 2023		Depreciação	rências	ção	liquido 2024	histórico	acumulada	
Edificações	687.891	(54.298)	633.593	3.111	-	-	-	(20.474)	616.230	693.695	(74.772)
Cavalos mecânicos e carretas	52.110	(2.323)	49.786	1.970	-	-	-	(2.481)	49.275	54.079	(4.804)
Veículos e tratores	3.874	(2.372)	1.502	246	-	-	-	(304)	1.444	4.120	(2.676)
Máq. e equipamentos	103.832	(60.314)	43.518	5.341	(1.776)	933	-	(616)	41.900	108.330	(66.430)
Móveis e utensílios	2.483	(1.926)	557	227	-	-	-	(123)	632	883	(2.049)
Obras em andamento	9.293	-	9.293	12.331	(515)	-	(4.501)	-	16.608	16.608	-
Terrenos	75.641	-	75.641	-	-	-	-	-	75.641	75.641	-
Outros	17.647	(13.918)	3.729	2.707	-	-	-	(467)	5.969	20.354	(14.385)
Total	952.741	(135.151)	817.589	25.885	(2.291)	933	(4.501)	(29.965)	807.650	975.459	(165.116)

	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial liquido 2022	Mais valias incorpora- das	Depreciação sobre as mais valias incorporadas	Adições por incorpora- ções	Aquisi- ções	Baixa	Deprecia- ção	Transfe- rências	Saldo final liquido 2023	Custo histórico	Depreciação acumulada
Edificações	399.043	(30.358)	368.685	189.836	(3.503)	81.581	10.573	-	(20.437)	6.858	633.593	687.891	(54.298)
Cavalos mecânicos e carretas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos e tratores	3.536	(2.072)	1.463	-	-	52.257	38	(147)	(2.323)	-	49.786	52.110	(2.323)
Máq. e equipamentos	84.884	(52.537)	32.347	15.772	(1.893)	14	2.889	(57)	(300)	330	1.502	3.874	(2.372)
Móveis e utensílios	2.136	(1.832)	304	-	-	75	193	-	(93)	48	527	2.453	(1.926)
Obras em andamento	7.797	-	7.797	-	-	-	8.732	-	-	(7.236)	9.293	9.293	-
Teles	7.657	-	7.657	56.063	(300)	12.221	-	-	-	-	75.641	75.641	-
	(12.045)	-	-	-	-	651	-	(572)	-	-	-	-	(12.045)

Contributos	16.349	(19.04)	3.230			631	(513)		3.729	47.647	(13.918)	
Total	521.603	(99.845)	421.793	261.671	(5.696)	146.577	23.076	(222)	(29.610)	817.589	952.741	(138.151)

14.2. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos - O Grupo, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil económica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Anualmente, o Grupo avalia a existência de possíveis indicadores de redução do valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização ("impairment").

15. Intangível - 15.1. Composição e movimentação

	Controladora								
	Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial liquido 2023	Adições	Transferências	Amortização	Saldo final liquido 2024	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	16.285	-	16.285	-	-	-	16.285	16.285	-
Direito de uso de software	18.996	(16.869)	2.087	412	4.501	(1.190)	5.810	23.869	(18.059)
Marcas	2.000	(910)	971	-	-	(400)	571	1.881	(1.310)
Relacionamento com clientes	82.225	(19.366)	62.859	-	-	(7.057)	55.802	82.225	(26.423)
Total	119.506	(37.145)	82.202	412	4.501	(8.647)	78.468	124.260	(45.792)

	Custo	Amortização	Saldo inicial	Mais valias	Amortização	Adições por	Aquisi-	Amorti-	Saldo final	Custo	Amortização
	histórico	acumulada	liquido 2022	incorporadas	das mais valias	incorporações	cões	zaco	liquido 2023	histórico	acumulada
Ágio	-	-	3.675	12.609	-	-	-	-	16.285	16.285	-
Direito de uso de software	405	(313)	743	-	-	1.343	1	-	18.996	18.996	(16.869)
Marcas	-	-	-	2.000	(510)	-	-	(519)	971	2.000	(910)
Relacionamento com clientes	-	-	-	82.225	(7.679)	-	-	(11.687)	62.859	82.225	(19.366)
Total	405	(313)	4.418	96.835	(8.189)	1.343	1	(12.206)	82.202	119.465	(37.263)

	Consolidado									
	Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido 2023	Adições	Baixas(*)	Transferências	Amortização	Saldo final líquido 2024	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	17.185	-	17.185	-	(900)	-	-	16.285	16.285	-
Direito de uso de software	18.956	(16.869)	2.087	412	-	4.501	(1.190)	5.810	23.869	(18.059)
Marcas	2.000	(910)	971	-	-	-	(400)	571	1.881	(1.310)
Relacionamento com clientes	82.225	(19.369)	62.859	-	-	-	(7.057)	55.802	82.225	(26.423)
Total	120.336	(37.148)	83.102	412	(900)	4.501	(8.647)	78.468	124.260	(45.792)

	Custo	Amortização	Saldo inicial	Mais valias	Amortização	Adições por	Aquisi-	Amorti-	Saldo final	Custo	Amortização
	histórico	acumulada	liquido 2022	incorporadas	das mais valias	incorporações	ções	zação	liquido 2023	histórico	acumulada
	-	-	3.675	13.509	-	-	-	-	17.185	17.185	-
Âgio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de software	405	(313)	743	-	-	1.343	1	-	2.087	18.956	(16.869)
Marcas	-	-	-	2.000	(510)	-	-	(519)	971	2.000	(910)
Relacionamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com clientes	-	-	-	82.225	(7.679)	-	1	(11.687)	62.859	82.225	(19.369)
Total	405	(313)	4.418	97.735	(8.189)	1.343	1	(12.206)	83.102	120.336	(37.263)

Agio - O agio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O agio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Abaixo está apresentada a composição do referido montante:

	2024	2023
Martini Meat Armazéns Gerais ("Martini") (a)	12.609	12.609
Refrifrães Armazéns Frigoríficos Ltda. (b)	3.676	3.676
MRY Assessoria e Logística Ltda. ("MRY") (note 15.2)		.000

MRV Armazéns e Logística Ltda. - (MRV) (nota 13.2)	16,285	17,185
--	--------	--------

(a) A Companhia foi adquirida pela sua entidade controladora, DMX, em 11 de novembro de 2021 pelo valor de R\$ 357.247, que incluiu caixa recebido de R\$ 8.557,75. Para esta aquisição, R\$ 12.609 foram registrados como ágio na DMX. Em 1 de junho de 2023, conforme descrito na nota 1.2, a Companhia incorporou reversamente o ágio na DMX, mantendo o ágio registrado anteriormente. Ágio apurado na aquisição da entidade controladora Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martins Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 e encontra-se fundamentada na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e as economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martins Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. **15.2. Impairment** - O ágio é testado anualmente para verificar perdas em seu valor recuperável (*impairment*). (b) Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O Grupo revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e identificou a necessidade de registro de R\$ 900 referente a perda por redução ao valor recuperável do saldo total do ágio registrado pela aquisição da controladora MRV Armazéns e Logística Ltda, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para os demais valores não houve indicativos para registro de perda de valor recuperável. A estimativa do valor de uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 12,68% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% a partir de 2028, que resultou em total de fluxo de caixa das unidades geradoras de caixa de R\$ 185.480. **16. Arrendamentos (Controladora e Consolidado) - 16.1. Ativos de direito de uso** - Os ativos de direito de uso relacionados a edificações e veículos arrendados estão apresentados abaixo:

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Equipamentos	Imóveis	Total
Em 1 de janeiro de 2024	20.604	1.190	126	782	83	22.785
Depreciação	(9.192)	(1.341)	(423)	(2.483)	(275)	(13.714)
Remensuração	4.354	-	(201)	1.856	-	6.009
Novos contratos	2.730	1.430	896	841	438	6.335
31 de dezembro de 2024	18.496	1.279	398	996	246	21.415

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Equipamentos	Imóveis	Total
Em 1 de janeiro de 2023	26.669	-	285	-	-	26.954
Depreciação	(7.226)	(543)	(120)	(1.466)	(111)	(9.466)
Remensuração	1.161	1.044	(39)	678	-	2.844
Novos contratos	-	514	-	-	154	668
Incorporação	-	175	-	1.570	40	1.785
31 de dezembro de 2023	20.604	1.190	126	782	83	22.785

16.2. Passivos de arrendamentos - As taxas médias de descontos usadas em 31 de dezembro de 2024 foram de 10,79% (11,10% em 31 de dezembro 2023) por ano para edificações. O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos de arrendamento.

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Equipamentos	Imóveis	Total
Em 1 de janeiro de 2024	24.715	1.072	131	945	86	26.949
Pagamentos	(11.677)	(1.424)	(2.620)	(293)	(16.811)	(23.825)
Juros apurados (nota 26)	2.832	80	399	142	19	3.472
Remensuração	4.354	-	(201)	1.856	-	6.009
Novos contratos	2.730	1.430	896	841	438	6.335
31 de dezembro de 2024	22.954	1.158	428	1.164	250	25.954
Circulante						6.294

Não circulante						19.660
	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Equipamentos	Imóveis	Total
Em 1 de janeiro de 2023	30.164	-	290	-	-	30.454
Pagamentos	(9.503)	(717)	(130)	(1.383)	(117)	(11.850)
Juros apurados (nota 26)	2.893	51	10	70	8	3.032
Remensuração	1.161	1.044	(39)	678	-	2.844
Novos contratos	-	514	-	-	154	668
Incorporação	-	180	-	1.580	41	1.801
31 de dezembro de 2023	24.715	1.072	131	945	86	26.949
Circulante						5.191
Não circulante						21.758

Continua>>>

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código 1FE0-DE23-9C7A-AD12.



>>> continuação MARTINI MEAT S.A. - ARMAZÉNS GERAIS - CNPJ nº 75.294.801/0001-06

17. Fornecedores (Consolidado)			
Fornecedores nacionais			
Aquisição de imóveis (a)			
Circulante			
Não circulante			
(a) Aquisição de imóveis realizada pelo Grupo. Os ativos foram adquiridos diretamente indexados ao IPCA). O valor pago em 2024 totaliza R\$ 10.271. 18. Empréstimos			
Modalidade		Encargos	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 1)		IPCA + 9,3%	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 2)		CDI + 3,25%	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 3)		IPCA + 9%	
Financiamento de caminhões		1,1% a.m	
Leasing		1,2% a.m	
Capital de giro		CDI + 3,99% a.a	
Circulante			
Não circulante			

Com o objetivo de otimizar a sua estrutura de capital, o Grupo obteve, em 19 de março de 2024, aprovação da alteração do perfil da dívida, com a inclusão de um período de carência de 24 meses, a partir da data de repactuação, para início das amortizações ordinárias do principal. Dessa forma, parte do montante que teria vencimento durante 2024, foi prorrogado com vencimento inicial apenas a partir de abril de 2026 e com término previsto para março de 2034, reduzindo dessa forma o saldo de vencimento classificado com de curto prazo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI 1, CRI 2 e CRI 3), correspondem à captação de recursos destinados a aquisições imobiliárias. Os contratos incluem cláusulas contratuais restritivas (*covenants* financeiros), que devem ser aferidos ao final de cada exercício social, iniciando-se em 31 de dezembro de 2022. Os valores devem ser calculados com base no balanço das demonstrações financeiras combinadas da Companhia (que representa o Fíador e da controlada Martini Meat S/A - Armazéns Gerais. Os *covenants* financeiros são os seguintes: (i) A razão entre EBITDA"/ Despesas Financeiras Líquidas: igual ou superior a 1,35 (um inteiro e trinta e cinco centésimos); (ii) A razão entre a dívida bancária líquida e o EBITDA": igual ou inferior a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos); (iii) Posição de caixa e equivalentes de caixa igual ou superior a R\$ 6.000 ao final de cada exercício fiscal. (*) A definição de EBITDA conforme contrato é: (a) receita operacional líquida, menos (b) custos dos produtos e serviços prestados, menos (c) despesas comerciais, gerais e administrativas, acrescidas de (d) depreciação, amortização, conforme fluxo de caixa apresentado na demonstração financeira consolidada da ECLA Brazil Holdings Ltda., conforme aplicável, incluindo fluxo de caixa que deverá ser depositado em contas vinculadas ou onerado por qualquer tipo de ônus. Não serão considerados outras receitas ou despesas não recorrentes para fins de cálculo de EBITDA, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Adicionalmente, conforme o termo de securitização de créditos imobiliários, na cláusula 7.4.3, para o CRI 1 e CRI 2, há um *covenant* financeiro adicional, com aferição em até 3 dias úteis antes da data de pagamento dos CRI, ocorrendo no mês de julho de cada ano. As devedoras deverão enviar para a securitizadora e para o agente fiduciário, anualmente, no mês de julho em relação ao CRI 1 e no mês de dezembro em relação ao CRI 2, um laudo de avaliação atualizado dos imóveis objeto dos CRIs. As securitizadoras realizaram a verificação da razão entre o somatório do valor de mercado dos imóveis em cada Contrato e o saldo devedor dos CRI. Essa razão deve corresponder, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos). A primeira aferição ocorreu em julho de 2023. Na data base de 31 de dezembro de 2024, foram atendidos integralmente os *covenants* estabelecidos. 18.1. Movimentação dos empréstimos - A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	286.361	189.963	320.214	189.963
Novas captações	27.780	90.725	27.780	90.725
Captações pelas combinações de negócios	-	34.748	-	67.045
Pagamento de principal	(44.832)	(27.238)	(50.479)	(27.559)
Juros pagos sobre empréstimos	(38.127)	(43.359)	(40.977)	(43.359)
Juros sobre empréstimos provisionados	45.040	41.522	49.182	43.399
Total	276.222	286.361	305.720	320.214

18.2. Vencimentos a longo prazo (Consolidado) - As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	2024	2023
2025	-	64.078
2026	50.975	-
2027	51.377	64.631
2028	42.979	60.443
2029 em diante	122.684	-
Total	268.015	253.465

O empréstimo de crédito de recebimento imobiliário (CRI 1) possui como garantias os imóveis comprados denominados internamente como Paranaguá, Itajaí, Rio Grande e recebíveis. O empréstimo de crédito de recebimento imobiliário (CRI 2) possui como garantias os imóveis comprados denominados internamente como Recife 2 e recebíveis. O empréstimo de crédito de recebimento imobiliário (CRI 3) possui como garantias os imóveis comprados denominados internamente como Velopark e recebíveis. 19. Salários e encargos sociais - Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a províões trabalhistas e encargos previdenciários.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e férias a pagar	8.417	8.344	8.930	8.681
FGTS	137	334	163	334
INSS	2.778	1.054	2.989	1.202
IRRF	615	628	615	628
Total	11.947	10.360	12.697	10.845

20. Outras contas a pagar (Consolidado) - O saldo decorre, substancialmente das aquisições de subsidiárias ocorridas durante o exercício de 2021 e 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor corresponde a R\$ 17.519 (R\$ 23.336 em 31 de dezembro de 2023). 21. Imposto de renda e contribuição social a pagar (Consolidado) - 21.1. Diferidos - Os ativos e os passivos tributários diferidos representam diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura do Grupo. A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2024	2023
Diferenças temporárias		
Provisão de contingências	1.094	3.025
Ativo imobilizado-custo atribuído	(2.696)	(2.748)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	(28.547)	(26.700)
Ativo de direito de uso	1.580	1.017
Prejuízo fiscal	32.735	11.405
Outros	2.829	4.650
Total	6.995	(9.351)

21.2. Conciliação da alíquota efetiva - Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	(49.133)	(23.956)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	16.705	8.145
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Baixa do ágio de controlada	(306)	-
IRPJ e CSLL sobre adições ou exclusões permanentes	(1.313)	(423)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	16.346	8.552
Corrente	(1.260)	(1.745)
IRPJ e CSLL no resultado	15.086	6.806

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão	(2.348)	916	(1.432)	368
Depósito judicial	(4.992)	4.523	(469)	(280)
Líquido	(7.340)	5.439	(1.901)	89
Provisão	(559)	927	368	463
Depósito judicial	(8.339)	8.060	(280)	(299)
Líquido	(8.898)	8.987	89	163
2023	Adições	Utilização (*)	2024	
(559)	(1.789)	-	(2.348)	
(8.339)	(1.073)	4.420	(4.992)	
(8.898)	(2.862)	4.420	(7.340)	
2022	Adições	Utilização	2023	
(559)	-	-	(559)	
(7.753)	(586)	-	(8.339)	
(8.312)	(586)	-	(8.898)	

22. Provisão para litígios (Consolidado) - O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, como segue:

	Provisão		Depósito judicial		Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	(2.348)	916	(1.432)	368		
Tributárias	(4.992)	4.523	(469)	(280)		
Total	(7.340)	5.439	(1.901)	89		
Provisão	(559)	927	368	463		
Depósito judicial	(8.339)	8.060	(280)	(299)		
Líquido	(8.898)	8.987	89	163		

22.1. Movimentação da provisão

2023	Adições	Utilização (*)	2024
(559)	(1.789)	-	(2.348)
(8.339)	(1.073)	4.420	(4.992)
(8.898)	(2.862)	4.420	(7.340)
2022	Adições	Utilização	2023
(559)	-	-	(559)
(7.753)	(586)	-	(8.339)
(8.312)	(586)	-	(8.898)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve movimentações referentes aos desdobramentos dos processos judiciais em curso, especificamente os Processos FAP e Copel. No caso do Processo FAP, a ação foi iniciada, com o objetivo de afastar a aplicação da legislação previdenciária sobre o GIL-RAT, (correspondente a Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho). Durante 2024, o referido processo teve trânsito em julgado desfavorável e com isso, houve a redução dos passivos após a conclusão do processo, bem como o levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 4.122. Em relação ao Processo Copel, a ação foi iniciada com o objetivo de declarar a inexistência de pagamento e a restituição de valores pagos a título de ICMS sobre as Taxas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Durante 2024, houve sentença desfavorável, ainda não transitada em julgado. Na perspectiva da Administração o levantamento dos depósitos judiciais, no montante de R\$ 3.340, por parte do governo é apenas uma questão temporal, até a baixa definitiva dos autos. Portanto, em 31 de dezembro de 2024, foram mantidas a provisão para o risco, bem como a apresentação dos respectivos depósitos judiciais, pendentes de compensação. 22.2. Passivos contingentes, com risco de perda possível - Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante estimado de R\$ 4.262 (R\$ 7.442 em 31 de dezembro de 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, as quais não requerem sua contabilização. 23. Patrimônio líquido - 23.1. Capital social - Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 605.411.000 ações com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada, que representam o valor total de R\$ 605.411 (R\$ 532.441 em 31 de dezembro de 2023). Em 20 de março de 2024, através da 5ª alteração do contrato social a Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 72.970, sendo R\$ 69.970 com adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos em 2023 e R\$ 3.000 em caixa, compreendendo a emissão de 72.970.000 ações, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. 24. Receita líquida de vendas - 24.1. Fluxo de receitas - O Grupo gera receita pela prestação de serviço de armazenamento, serviços de transportes e locação de imóveis e equipamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	253.912	149.424	253.912	149.424
Receita de transporte	130.834	127.796	144.948	139.309
Receita de locação de imóveis e equipamentos	40.911	40.761	60.827	50.403
Deduções	425.657	317.981	459.687	339.136

Impostos sobre as receitas de serviços prestados (49.581) (37.055) (53.148) (39.213)

Devolução e abatimentos (1.860) (1.159) (1.860) (1.159)

(51.441) (38.214) (55.008) (40.372)

374.216 279.767 404.679 298.764

24.2. Mensuração e reconhecimento da receita - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes. • Tipo de serviço: Receita de armazenamento e transporte. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de armazenamento e transporte. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, durante o período de armazenamento. Política de reconhecimento da receita: A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado. • Tipo de serviço: Receita de locação de imóveis e equipamentos. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: As receitas são realizadas mensalmente pelo pagamento dos imóveis e equipamentos locados. Política de reconhecimento da receita: A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os ativos são locados.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contrato de transporte	(145.686)	(76.293)	(145.686)	(76.293)
Despesa com benefícios a empregados	(59.610)	(54.592)	(66.903)	(58.312)
Despesas de depreciação e amortização	(36.085)	(38.755)	(38.612)	(41.817)
Despesas de aquisição de subsidiárias (a)	(21.716)	-	(21.716)	-
Manutenção e reparos	(18.977)	(15.289)	(19.362)	(16.075)
Combustíveis e lubrificantes	(17.778)	(15.482)	(17.851)	(15.506)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros	(14.228)	(8.883)	(18.646)	(9.651)
Despesas com energia elétrica	(14.010)	(11.868)	(16.356)	(12.355)
Depreciação - direito de uso (nota explicativa 16)	(13.714)	(9.466)	(13.714)	(9.466)
Seguros	(4.805)	(3.244)	(5.697)	(3.540)
Locação de imóveis e equipamentos	(3.677)	(3.509)	(5.050)	(4.242)
Viagens	(3.513)	(2.587)	(3.513)	(2.587)
Frete	(2.993)	(2.133)	(3.126)	(2.172)
Embalagens	(2.150)	(2.124)	(2.345)	(2.167)
Indenizações	(2.142)	(1.610)	(2.142)	(1.610)
Vigilância e segurança	(1.714)	(1.652)	(2.099)	(1.858)
Redução ao valor recuperável de contas a receber (nota 9)	(1.668)	(2.928)	(1.668)	(2.928)
Outros	(5.180)	(3.787)	(8.570)	(7.170)
	(369.646)	(258.358)	(393.056)	(271.905)

Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função

Custos dos serviços prestados	(311.039)	(224.908)	(331.620)	(235.354)
Despesas com vendas	(2.566)	(2.100)	(2.566)	(2.100)
Despesas administrativas e gerais	(32.893)	(25.585)	(36.625)	(25.709)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.669)	(2.928)	(1.669)	(2.928)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(21.479)	(2.837)	(20.576)	(5.814)
	(369.646)	(258.358)	(393.056)	(271.905)

(a) Valor referente à contraprestação complementar pela aquisição da subsidiária MRV, considerando eventos subsequentes específicos ocorridos durante 2024, caracterizando um ajuste de preço após o período de mensuração da combinação de negócios, com impacto diretamente no resultado do exercício corrente

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.739	1.798	3.046	1.798
Juros sobre ativos financeiros	-	800	-	984
Outras Receitas	73	-	164	-
	2.812	2.598	3.210	2.782

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 18.1)	(45.040)	(41.522)	(49.182)	(43.399)
Juros de arrendamentos (nota 16.2)	(3.472)	(3.032)	(3.472)	(3.032)
Variação cambial líquida	(5.058)	(1.684)	(5.058)	(1.684)
Outros	(4.327)	(5.482)	(6.254)	(5.482)
	(57.897)	(51.720)	(63.965)	(53.597)
	(55.085)	(49.122)	(60.755)	(50.815)

27.2.3. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O vencimento contratual de empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18. 27.2.4. Risco de mercado - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. 27.2.5. Taxa de juros - O Grupo possui empréstimos e financiamentos com taxas pré e pós fixadas conforme descrito na nota 18. A análise de sensibilidade de risco de taxa de juros é realizada para um horizonte de 12 meses. Os valores referentes aos cenários significam a variação de despesa de juros flutuantes caso ocorra uma mudança de 15% e 30% nessas taxas de juros, respectivamente.

Modalidade	Encargos		Posição em 2024	
	Principal	Variação de 15%	Principal	Variação de 25%
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI) 1	IPCA + 9,30%	1,66%	160.916	1,21%
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI) 2	CDI + 3,5%	1,41%	66.160	3,56%
Certificado de recebíveis imobiliários (CRI) 3	IPCA + 9%	1,21%	29.499	356
Financiamento de caminhões	1,1% a.m	-	18.189	-
Leasing	1,2% a.m	-	4.502	-
Capital de giro	CDI + 3,99%	0,72%	26.454	3,56%
			305.720	5.599

Para o cálculo acima a base de IPCA considerada foi 4,83% a.a e CDI 14,25% a.a. 28. Conciliação complementar de movimentação de caixa - a. Aquisições do ativo imobilizado - Durante 2023 - Conforme apresentado na nota explicativa 14, foram adquiridos bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 21.005, nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 23.076 nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais foram integralmente pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, foram pagos R\$ 84.993 referente às aquisições ocorridas durante o exercício findo em 31



SITA – TRANSPORTE DE CARGAS S/A
CNPJ/MF nº 78.759.701/0001-04
NIRE nº 41300005893
ATA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

FORMA: Lavrada em forma de sumário, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Anônimas").

DATA, HORÁRIO E LOCAL : 23 de abril de 2025, às 9h30min (nove horas e trinta minutos), na sede social, situada na Rodovia Curitiba- Ponta Grossa, BR 277, nº 125, Mossunguê, em Curitiba, PR.

PRESENCAS : Acionistas representando 99,87% do capital social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Pereira Dias, e Secretária, Dra. Cláudia L. Ceccatto de Trotta (OAB/PR nº 22.528), a quem foram delegados pelo Presidente os poderes para condução dos trabalhos.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: a) Edital de convocação publicado no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edições impressas dos dias 10, 11 e 14 de abril de 2025, páginas 18, 11 e 12, respectivamente; b) Anúncios de que trata o art. 133, da Lei das Sociedades Anônimas, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edições impressas dos dias 21, 24 e 25 de março de 2025, páginas 12, 11 e 12, respectivamente; c) Documentos de que trata o art. 133, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição do dia 10 de abril de 2025, páginas 21 a 23.

ORDEM DO DIA: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Destinação do resultado do exercício findo; c) Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

DELIBERAÇÕES: Foram apreciadas as matérias abaixo relacionadas, colocadas na ordem do dia:

a) Dispensada a leitura do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição impressa do dia 10 de abril de 2025, páginas 21 a 23, os quais foram colocados à disposição dos acionistas na forma do disposto no artigo 133, da Lei das Sociedades Anônimas. Posta a matéria em discussão, foram aprovados sem ressalvas os documentos referidos, acompanhados do Parecer da Auditoria Independente emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

b) Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 5.747.166,22 (cinco milhões, setecentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), nos termos a seguir: (i) para pagamento de dividendos, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), os quais já foram distribuídos conforme deliberação aprovada pela 80ª (oitogésima) Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2024 e ora ratificada; (ii) o saldo do lucro líquido no valor de R\$ 1.747.166,22 (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), deverá permanecer na conta de Reserva para Investimentos, ficando à disposição para futuras deliberações.

c) Foi aprovada a fixação da remuneração global anual da Administração, no montante de até R\$ 714.811,00 (setecentos e quatorze mil, oitocentos e onze reais), a ser distribuída entre os órgãos da administração por deliberação do Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social.

QUORUM DELIBERATIVO: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes.

ENCERRAMENTO : Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da mesa, bem como pelos sócios presentes.

ASSINATURAS: SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, por seus Diretores, ALEXANDER CAPELA ANDRAS e RODRIGO PEREIRA DIAS, CLÁUDIA L. CECCATTO DE TROTTA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Curitiba, 23 de abril de 2025.

Rodrigo Pereira Dias
Presidente

Cláudia L. Ceccatto de Trotta
Secretária

A presente Ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná em 25/04/2025, às 14:46 sob nº 20251999688, com protocolo 251999688 de 24/04/2025.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ/MF nº 50.716.983/0001-35
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Prezados(as) Cooperados(as)

A **Cooperativa de Consumo dos Proprietários de Veículos do Estado do Paraná ("Cooperativa")**, por meio de seu Diretor Presidente, convoca os interessados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de maio de 2025, de forma presencial, na sala de reuniões da sede da Cooperativa, situada na Av. Marechal Floriano Peixoto, 1791, Curitiba, Paraná, CEP 80230-110, a ter início às 8h em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 9h, em segunda convocação, com a presença da metade mais 1 (um) dos cooperados e, às 10h, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) cooperados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a transformação da cooperativa em associação; (ii) a nova denominação social; (iii) a destinação dos fundos, reservas e do capital social; (iv) a destituição dos membros do conselho de administração atualmente empossados; (v) a destituição dos membros do conselho fiscal atualmente empossados; (vi) a eleição do Diretor Presidente da Associação; (vii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Associação; (viii) a aprovação do novo Estatuto Social da Associação; (ix) aprovar o cadastramento da Associação na SUSEP, nos termos da Res. SUSEP 49/2025; e (x) outros assuntos de interesse social.

Sem mais para o momento, contamos com vossa presença na referida assembleia e desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais eventualmente necessários.

Curitiba-PR, 30 de abril de 2025.

Diretor Presidente
Pedro Henrique Freitas dos Santos

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS TRANSPORTADORES DE CARGAS E PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ/MF nº 50.707.391/0001-57

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Prezados(as) Cooperados(as)

A **Cooperativa de Consumo dos Transportadores de Cargas e Passageiros do Estado do Paraná ("Cooperativa")**, por meio de sua Diretora Presidente, convoca seus cooperados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de maio de 2025, de forma presencial, na sala de reuniões da sede administrativa da Cooperativa, situada na Rua José Szczepanski, nº 300, sala 03, São José dos Pinhais-PR, CEP: 83.040-470, a ter início às 9h em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 10h, em segunda convocação, com a presença da metade mais 1 (um) dos cooperados; e às 11h, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) cooperados, para tratar da seguinte ordem do dia: (i) a transformação da cooperativa em associação; (ii) a nova denominação social; (iii) a destinação dos fundos, reservas e do capital social; (iv) a destituição dos membros do conselho de administração atualmente empossados; (v) a destituição dos membros do conselho fiscal atualmente empossados; (vi) a eleição do Diretor Presidente da Associação; (vii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Associação; (viii) a aprovação do novo Estatuto Social da Associação; (ix) aprovar o cadastramento da Associação na SUSEP, nos termos da Res. SUSEP 49/2025; e (x) outros assuntos de interesse social.

Sem mais para o momento, contamos com vossa presença na referida assembleia e desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais eventualmente necessários.

São José dos Pinhais-PR, 30 de abril de 2025.

Ana Paula Freitas dos Santos
Diretora Presidente



Que tal fazer uma **doação** para **projetos sociais** em vez de pagar **Imposto de Renda**? Parece interessante, né?

Muita gente não sabe dessa oportunidade, mas é possível **apoiar** instituições filantrópicas, como o **Hospital Pequeno Príncipe**, de forma **fácil e sem custo**.

Leia o QR code ao lado ou acesse nosso site e veja como doar, direto na declaração, até 30 de maio.



doepequenoprincipe.org.br
[41] 2108-3886 [41] 99962-4461



relação
custo
x
benefício
em
Publicidade-
Legal
está no
Bem Paraná

Faça um orçamento sem compromisso



BEM PARANÁ

Informação vai bem.



ITAMBÉ ENERGÉTICA S/A
CNPJ/MF Nº 03.926.572/0001-94 - NIRE N.º 4130001849-9

ATA DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FORMA: Lavrada em forma de sumário, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Anônimas").

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 23 de abril de 2025, às 10h (dez horas), na sede social, situada na Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR 277, nº 125, Mossunguê, em Curitiba, PR.

PRESENCAS: Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Pereira Dias, e Secretária, Dra. Cláudia L. Ceccatto de Trotta (OAB/PR nº 22.528), a quem foram delegados pelo Presidente os poderes para condução dos trabalhos.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: a) Convocação dispensada, em face da presença de 100% (cem por cento) do capital social, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 124, da Lei das Sociedades Anônimas; b) Documentos de que trata o art. 133, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição impressa do dia 10 de abril de 2025, páginas 19 e 20, respectivamente.

ORDEM DO DIA: I) Em Assembleia Geral Ordinária: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; b) Destinação do resultado do exercício findo; c) Fixação da remuneração global dos órgãos da administração. **II) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Retificação do erro material verificado na deliberação sobre o aumento de capital aprovado pela 24ª Assembleia Geral Ordinária e 23ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizadas em 23.04.2024; b) Distribuição e pagamento de dividendos à conta de resultados do exercício; c) Aumento de capital no valor de R\$ 911.604,00 (novecentos e onze mil, seiscentos e quatro reais), mediante emissão de novas ações para integralização em moeda corrente e legal do País, e consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Foram apreciadas as matérias abaixo relacionadas, colocadas na ordem do dia:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Dispensada a leitura do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição do dia 10 de abril de 2025, páginas 19 e 20, os quais foram colocados à disposição da única acionista na forma do disposto no artigo 133, da Lei das Sociedades Anônimas. Posta a matéria em discussão, foram aprovados sem ressalvas os documentos antes referidos, acompanhados do Parecer da Auditoria Independente emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

b) Aprovada a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 16.266.732,78 (dezesseis milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), nos termos a seguir: **(i)** R\$ 813.336,64 (oitocentos e treze mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos) para constituição da Reserva Legal; **(ii)** do saldo no valor de R\$ 15.453.396,14 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e quatorze centavos), (a) R\$ 1.574.702,19 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos) já foram destinados à capitalização de parte do aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23.04.2024, observada a retificação a ser deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, conforme o item "II.a" desta ata; e **(b)** o remanescente de R\$ 13.878.693,95 (treze milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) para pagamento de dividendos, já distribuídos na forma da deliberação tomada pela 40ª (quadragesima) Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2024, que aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais), devendo a diferença no valor de R\$ 621.306,05 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e seis reais e cinco centavos) ser imputada aos lucros do exercício apurados no período de janeiro a março de 2025, conforme deliberação do Conselho de Administração na 41ª (quadragesima primeira) Reunião do referido órgão, cuja ratificação será apreciada em Assembleia Geral Extraordinária.

c) Aprovada a fixação da remuneração global da administração até a próxima Assembleia Geral Ordinária, no montante de até R\$ 714.811,00 (setecentos e quatorze mil, oitocentos e onze reais), a ser distribuída entre os respectivos órgãos por deliberação do Conselho de Administração, na forma prevista pelo Estatuto Social.

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Aprovada a retificação do erro material verificado na deliberação do aumento de capital aprovado pela 24ª Assembleia Geral Ordinária e 23ª Extraordinária da Companhia realizadas em 23.04.2024, consubstanciada na origem da parcela de R\$ 2.626.398,38 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) que foi objeto de capitalização, sem emissão de novas ações, a qual, embora tenha constado da deliberação ora retificada tratar-se integralmente de lucros do exercício apurados de janeiro a março de 2024, foi na verdade, parte mediante capitalização da Reserva Legal, no importe de R\$ 808.816,47 (oitocentos e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos); parte através da capitalização do saldo da Reserva de Lucros, no importe de R\$ 242.879,72 (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos); e a parcela relativa aos lucros

do exercício apurados de janeiro a março de 2024, no importe de R\$ 1.574.702,19 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos).

Ficam integralmente ratificadas todas as demais deliberações constantes da Ata da 24ª Assembleia Geral Ordinária e 23ª Assembleia Extraordinária, que não tenham sido objeto da presente retificação.

b) Ratificada a deliberação do Conselho de Administração tomada na 41ª Reunião do referido órgão mencionada e ratificada no item "b" da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, acima, para imputação de parcela dos dividendos distribuídos também por deliberação do Conselho através da 40ª Reunião realizada em 28.11.24 e igualmente ratificada pela Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 621.306,05 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e seis reais e cinco centavos), à conta dos lucros do exercício apurados no período de janeiro a março de 2025.

c) Aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.310.186,46 (Um milhão, trezentos e dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), para fins de atendimento de exigência regulatória da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a fim de que a Companhia possa realizar atividades de comércio varejista de energia elétrica, elevando-se de R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais) para R\$ 11.010.186,46 (onze milhões, dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), mediante emissão de 2.347 (duas mil, trezentos e quarenta e sete) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 558,2388 (quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) por ação, determinado com base no critério estabelecido no art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades Anônimas, as quais são integralmente subscritas pela única sócia Cia de Cimento Itambé conforme o Boletim de Subscrição que integra o Anexo I, e integralizadas neste ato em moeda corrente e legal do País.

II.b) Em decorrência do aumento ora aprovado, é reformado o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social, cuja redação passa a ser a seguinte: **"ARTIGO 5º. O capital social é no valor de R\$ 11.010.186,46 (onze milhões, dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), dividido em 19.723 (dezenove mil, setecentos e vinte e três) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ("Ações")".**

QUORUM DELIBERATIVO: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da mesa, bem como pelo acionista e presentes.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.

ASSINATURAS: CIA DE CIMENTO ITAMBÉ, por seus Diretores, ALEXANDER CAPELA ANDRAS e RODRIGO PEREIRA DIAS, e CLÁUDIA L. CECCATO DE TROTТА, secretária da mesa. Curitiba, 23 de abril de 2025.

Rodrigo Pereira Dias Presidente	Cláudia L. Ceccatto de Trotta Secretária
------------------------------------	---

ANEXO I

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

1.AUMENTO DE CAPITAL E EMISSÃO DE AÇÕES

Aumento de capital da ITAMBÉ ENERGÉTICA S/A aprovado pela 24ª Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, no valor de R\$ 1.310.186,46 (Um milhão, trezentos e dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 2.347 (duas mil, trezentos e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de 558,2388 (quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) por ação.

2.QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.630.573/0001-60, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR 277, nº 125, Mossunguê, CEP 82.305-100, representada na forma do seu Estatuto Social por seu Diretor Superintendente, **ALEXANDER CAPELA ANDRAS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da CI/RG nº 772.394, inscrito no CPF/MF sob o nº 376.009.230-68, e por seu Diretor Jurídico-Administrativo, **RODRIGO PEREIRA DIAS**, brasileiro, maior, advogado, portador da CI/RG nº 24.946.866-9/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.901.569-47 e inscrito na OAB/PR sob nº 32.691, ambos com domicílio profissional em Curitiba [PR], na residente e domiciliado em Curitiba [PR], Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR 277, nº 125, Mossunguê, CEP 82.305-100.

3.AÇÕES SUBSCRITAS

2.347 (duas mil, trezentos e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1.310.186,46 (Um milhão, trezentos e dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

4.FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

Pagamento neste ato de R\$ 1.310.186,46 (Um milhão, trezentos e dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos) em moeda corrente e legal do País. Curitiba, 23 de abril de 2025.

Subscritora:

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

Alexander Capela Andras Diretor-Superintendente	Rodrigo Pereira Dias Diretor Administrativo-Jurídico
--	---

Emissora:

ITAMBÉ ENERGÉTICA S/A

Alexander Capela Andras Diretor-Superintendente	Rodrigo Pereira Dias Diretor
--	---------------------------------

A presente Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná em 28/04/2025, às 11:07 sob nº. 20252034422, protocolo 252034422 de 25/04/2025.

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ/MF Nº 76.630.573/0001-60
NIRE Nº 41300046425

ATA DA 57ª (QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 62ª (SEXAGÉSIMA SEGUNDA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FORMA: Lavrada na forma de sumário, nos termos do parágrafo primeiro do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Anônimas").

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 23 de abril de 2025, às 9h (nove horas), na sede social, situada na Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, BR 277, nº 125, Mossunguê, em Curitiba, PR.

PRESENCAS: Acionistas representando 98,46% do capital votante da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Pereira Dias, e Secretária, Dra. Cláudia L. Ceccatto de Trotta (OAB/PR nº 22.528), a quem foram delegados pelo Presidente os poderes para condução dos trabalhos.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: a) Edital de convocação publicado no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edições impressas dos dias 10, 11 e 14 de abril de 2025, páginas 18, 11 e 12, respectivamente; b) Anúncios de que trata o art. 133, da Lei das Sociedades Anônimas, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edições impressas dos dias 21, 24 e 25 de março de 2025, páginas 14, 11 e 13, respectivamente; c) Documentos de que trata o art. 133, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição do dia 10 de abril de 2025, páginas 9 a 15.

ORDEM DO DIA: I) Em Assembleia Geral Ordinária: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Destinação do resultado do exercício findo; c) Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração. **II) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Aumento de capital no valor de R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais), mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem emissão de ações, para adequação ao artigo 199, da Lei 6.404/76, e consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Dispensada a leitura do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal Bem Paraná (Ed. Jornal do Estado Ltda.), edição do dia 10 de abril de 2025, páginas 9 a 15, os quais foram colocados à disposição dos acionistas na forma do disposto no artigo 133, da Lei das Sociedades Anônimas. Posta a matéria em discussão, foram aprovados os documentos antes referidos, acompanhados do Parecer da Auditoria Independente emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. b) Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 249.065.073,90 (duzentos e quarenta e nove milhões, sessenta e cinco mil, setenta e três reais e noventa centavos), da forma seguinte: (i) para Reserva Legal, R\$ 12.453.253,70 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta centavos); (ii) para pagamento de dividendos, R\$ 124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões de reais), os quais já foram distribuídos por deliberação tomada pela 390ª (Tricentésima Nonagésima) Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2024 e ora ratificada, sendo que deste montante, R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) foram pagos em dezembro de 2024; e o saldo remanescente de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) será pago em parcelas até dezembro de 2025; (iii) o saldo do lucro líquido, no valor de R\$ 112.611.820,20 (cento e doze milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e vinte reais e vinte centavos), deverá permanecer na conta de Reserva para Investimentos, ficando à disposição para futuras deliberações. c) Aprovada a fixação da remuneração global da Administração, no montante de até R\$ 11.920.818,00 (onze milhões, novecentos e vinte mil, oitocentos e dezoito reais), a ser distribuída entre os órgãos da administração por deliberação do Conselho de Administração, na forma do Estatuto Social.

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Aprovado o aumento do capital em R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais) para adequação ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas, elevando-se de R\$ 556.918.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e dezoito mil reais) para R\$ 615.918.000,00 (seiscentos e quinze milhões, novecentos e dezoito mil reais), mediante a capitalização de parte das reservas de lucros registradas em conta de patrimônio líquido, atribuindo-se dito aumento como bonificação aos acionistas, sem emissão de novas ações, na forma do que faculta o artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades Anônimas.

Em decorrência da deliberação acima, é aprovada a reforma do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação seguinte: **"ARTIGO 5º. O capital social é no valor de R\$ 615.918.000,00 (seiscentos e quinze milhões, novecentos e dezoito mil reais), dividido em 2.798 (duas mil, setecentas e noventa e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ("Ações")".**

QUORUM DELIBERATIVO: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da mesa, bem como pelos sócios presentes.

ASSINATURAS: SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, por seus Diretores, ALEXANDER CAPELA ANDRAS e RODRIGO PEREIRA DIAS, CLÁUDIA L. CECCATO DE TROTТА.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.

Curitiba, 23 de abril de 2025.

Rodrigo Pereira Dias
Presidente
Cláudia L. Ceccatto de Trotta
Secretária

A presente Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná em 28/04/2025, às 09:04 sob nº. 20252037006, Protocolo 252037006 de 25/04/2025.



MLC Infra Construção S.A.

CNPJ nº 31.858.881/0001-00
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Apresentação: A administração da **MLC Infra Construção S.A.** submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais. A empresa tem por diretriz não descartar nenhuma oportunidade sem antes analisá-las. O foco continua sendo executar obras de infraestrutura em geral com ênfase ao setor privado e conquistando espaço onde ainda não tem grande atuação. **Estratégia e Gestão:** A MLC Infra Construção pode ser considerada como uma geradora de empregos em potencial na área de Infraestrutura, contribui em muito com a geração de emprego em diversas regiões do país, ajudando no desenvolvimento e geração de renda nas regiões onde atua, além do benefício gerado pela entrega de suas obras com qualidade e cumprimento dos prazos. Empresa certificada na ISO 9.001 e PBQP-H, a MLC Infra Construção tem como compromisso executar serviços que assegurem o sucesso de seus negócios por meio da satisfação de seus clientes, do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, do respeito ao meio ambiente e à segurança de seus colaboradores, do comprometimento dos prazos acordados, da melhoria contínua em seus processos e do comprometimento com a sustentabilidade nos canteiros de obra. Através do nosso QSMS (integração das áreas de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde), temos desenvolvido internamente e implementado a vários anos Políticas e Procedimentos que norteiam a gestão e operação em todos os setores da empresa, cujos cumprimentos são monitorados por auditorias internas regulares e anualmente em auditoria externa. A melhoria contínua citada em nossa Política de QSMS estende-se também a programas de capacitação, treinamento e reciclagem aos colaboradores, análise de oportunidades e riscos em todos os processos, campanhas de conscientização

relacionadas à saúde e segurança e a gestão de seus indicadores de desempenho, visando maior eficiência em benefício à sociedade, clientes e acionistas. Dentre as práticas de gestão adotadas, a empresa possui ainda programas de acompanhamento de resultados e sistemas de Business Intelligence (BI) que fornecem apoio à Administração de forma inteligente e auxiliam a gestão e tomada de decisões de forma preditiva e assertiva, contribuindo para o desenvolvimento do negócio. **Compliance:** O compliance tem como característica atender a um mercado muito mais exigente e transparente, reforçando a importância da condução de nossos negócios de forma íntegra e respeitando a legislação vigente, seja no que diz respeito aos consumidores, colaboradores, concorrência e anticorrupção, entre outros. Neste sentido, e reforçando o comprometimento com a governança e integridade, desenvolvemos o Código de Ética da MLC Infra Construções S.A. Ele foi revisado e atualizado para que reflita o momento, visão e valores que devem orientar nossa atuação, tanto internamente, quanto perante terceiros e parceiros de negócios. Além desta iniciativa, outras foram adotadas, como revisão e adequação de Políticas Internas, treinamentos de colaboradores e a contratação de empresa terceirizada para gerir o Canal de Denúncias, garantindo o anonimato. Investimentos na área foram realizados, com o objetivo de aprimorá-la, garantindo sua eficiência e aderência. Em relação à Lei de Proteção de Dados, sua implementação pela MLC Infra Construção S.A. ocorre de forma incisiva, com a contratação de assessoria especializada, que realizou treinamentos de seus funcionários, além de mapear todos os processos e ferramentas de tecnologia disponíveis, bem como implantou diversos procedimentos de adequação, com objetivo de estar apta e garantir total adequação às exigências da nova legislação. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da **Datasen Auditores Independentes**, não sendo objeto do contrato

quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse. **Demonstrações Contábeis:** A administração revisou e concorda com as Demonstrações Contábeis e também com o relatório de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, reconhecendo as novas premissas contábeis em uso no País com vistas à convergência às normas internacionais de contabilidade. Encerramos o exercício de 2024 com um lucro líquido de R\$ 2.948 mil. Nossos índices financeiros fecharam o exercício da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO	ÍNDICES DA EMPRESA	
	Fórmulas	dez/24
Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	5,69
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo não circulante	4,59
Solvência Geral	Ativo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	11,52
Grau de endividamento	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo	0,09
Participação do Capital de Terceiros	Capital de Terceiros Patrimônio Líquido	10%
Composição das Exigibilidades	Passivo Circulante Capital de Terceiros	77%
Imobilização de Recursos Próprios	Ativo Permanente Patrimônio Líquido	66%
Capitalização	Capitais Próprios Médio Ativo Médio	91%

Ricardo Mello Malucelli - Diretor-Presidente

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)										
Balanco Patrimonial					Demonstração do Resultado					
Ativo	Notas Explicativas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas	2024	2023	Nota explicativa	2024	2023
Circulante					Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	"2.2.2." e "4"	7.754	12.133	Financiamentos Bancários	"10"	2.469	–	Receita Bruta de Serviços	136.028	–
Clientes	"2.2.4." e "5"	118.064	280	Fornecedores	"11"	3.662	2.080	(-) Tributos sobre a Receita Bruta	(1.112)	–
Estoque	"2.2.5."	2.073	221	Obrigações Tributárias	"12"	1.056	181	(=) Receita Líquida	134.916	–
Adiantamentos Concedidos	"2.2.6."	426	259	Obrigações Trabalhistas	"13"	1.174	10	(-) Custo dos Serviços Prestados	(126.180)	(1.835)
Créditos Tributários	"2.2.7." e "6"	819	518	Adiantamento de Clientes	"14"	14.465	280	(=) Lucro Bruto	8.736	(1.835)
Outros Créditos	"2.2.7."	717	712			22.826	2.551	Despesas Gerais e Administrativas	"19"	(13.737)
		129.853	14.123	Não Circulante				Resultado de Participações Societárias	"8"	5.615
Não Circulante					Não Circulante					
Partes Relacionadas	"2.2.8." e "7"	2.855	6.092	Partes Relacionadas	"7"	1.260	32.771	Outras Receitas e Despesas	"20"	754
Clientes	"2.2.4." e "5"	3.963	102.662	Financiamentos Bancários	"10"	2.758	–	Ganho na Venda de Bens		1.421
Investimentos	"2.2.9." e "8"	194.093	227.867	Participações em Consórcio	"15"	2.902	2			2.566
Imobilizado	"9"	11.762	6.686			6.920	32.773	Lucro/Prejuízo antes do Resultado Financeiro		2.789
		212.673	343.307	Patrimônio Líquido				Despesas Financeiras		(897)
		342.526	357.430	Capital Social	"16"	306.723	306.710	Receitas Financeiras		1.056
				Reserva de Lucros		11.525	18.521	Resultado Financeiro	"21"	159
				(-) Ações em Tesouraria		(5.468)	(3.125)	(=) Resultado antes da Tributação		2.948
						312.780	322.106	(-) Imposto de Renda Corrente		–
						342.526	357.430	(-) Contribuição Social Corrente	"22"	–
								(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		2.948
								Quantidade de Ações		306.723,049
								Lucro/Prejuízo por lote de Mil Ações - R\$		9,61
										85,82
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
		Capital social	Reservas legal	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		88.140	–	–	–	(4.407)	83.733			
Aumento de Capital		263.178	–	–	–	–	263.178			
Cisão Parcial		(44.608)	–	–	–	(3.392)	(48.000)			
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	–	26.320	26.320			
Constituição de Reserva		–	1.316	–	–	(1.316)	–			
Reserva de Lucros		–	–	17.205	–	(17.205)	–			
Ações em Tesouraria		–	–	–	(3.125)	–	(3.125)			
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		306.710	1.316	17.205	(3.125)	–	322.106			
Aumento de Capital		–	–	–	–	–	–			
Cisão Parcial		13	–	–	–	–	13			
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	–	2.948	2.948			
Constituição de Reserva		–	147	–	–	(147)	–			
Reserva de Lucros		–	–	2.801	–	(2.801)	–			
Dividendos Pagos		–	–	(9.944)	–	–	(9.944)			
Ações em Tesouraria		–	–	–	(2.343)	–	(2.343)			
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		306.723	1.463	10.061	(5.468)	–	312.780			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis										
1. Contexto Operacional: A MLC Infra Construção S.A., é uma Companhia fechada. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 31.858.881/0001-00, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41.300.095.264. Está sediada na Cidade de Curitiba (PR), Rua Visconde de Nacar nº 1441, 4º Andar, Sala 4, CEP 80.410-201. A Companhia tem por objetivo social prestar serviços de Engenharia Civil no ramo de construção em todo o Território Nacional, com filiais a seguir. • Filial nº 1: Avenida Newton Slaviero, nº 1.919, CEP: 84.043-560, Cara-Cara, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0002-90; • Filial nº 2: na Rua Da Guarani, nº 3, CEP 83.608-680, Bairro Ferrari, Campo Largo/PR, devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0003-71; • Filial nº 3: na Rod. BR 376, s/n, CEP: 84.300-000, Dist. Alto do Amparo, Tibagi/PR., devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0004-52; • Filial nº 4: Rua Jaime David, nº 604, CEP: 79.580-000, Inocência, Mato Grosso do Sul/MS, devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0005-33; • Filial nº 5: na Rodovia 376, s/n, CEP: 84.001-970, Distrito de Piriquitos, Ponta Grossa/PR., devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0006-14 • Filial nº 6: na Estrada Sítio Estância Zani, s/n, CEP: 84.350-000, Distrito Pinhalzinho, Ortigueira/PR, devidamente inscrita no CNPJ/MF 31.858.881/0007-03; Em complemento a sua atividade, fim, detém participação societária na seguinte empresa: • CPE Participações S.A. - CNPJ 10.673.103/0001-76 - Participação Acionária de 37,65%. • J6 Energia Renovável S.A. - CNPJ 04.407.406/0001-44- Participação Acionária de 10,92%. Participa também na forma de Consórcio nos seguintes empreendimentos: • Consórcio Afonso Pena - CNPJ 53.100.355/0001-19 - Participação de 75%; • Consórcio MLC Aterpa - CNPJ 55.476.959/0001-90 - Participação de 50%; • Consórcio Construtor BR 381 - CNPJ 58.072.721/0001-87- Participação de 25%. 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais, a Companhia adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2025. 2.2. Principais Práticas Contábeis Adotadas: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. 2.2.1. Instrumentos Financeiros: a. Classificação e Mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. b. Ativos Mantidos até o Vencimento: São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. 2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valores, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa "4". 2.2.3. Aplicações Financeiras: Estão demonstradas pelos custos de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais correspondentes até as datas dos balanços. Referem-se a aplicações financeiras de liquidez em títulos de CDB de renda Fixa. 2.2.4. Créditos com Clientes: Apresentados na nota explicativa "5", são reconhecidos pelos valores faturados e pelos valores contratados já realizados mediante medições aceitas pelos clientes e por direitos ganhos em discussões judiciais. Não foram identificados valores sujeitos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores previstos para serem realizados após o período de 1 ano, estão classificados no Ativo não Circulante. 2.2.5. Estoques: Correspondem a materiais adquiridos para utilização nas obras a realizar pela Companhia e são avaliados pelos custos médios de aquisição e não excedem aos valores recuperáveis, através dos seus custos de reposição ou valores de realização ao mercado, em consonância com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2.2.6. Adiantamentos Concedidos: Correspondem a adiantamentos de férias, adiantamentos de viagens e adiantamentos a fornecedores para serviços futuros e estão registrados a custos históricos. 2.2.7. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Os ativos são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos, demonstrados a valores de realização, são classificados como ativo circulante, quando sua recuperação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, após as datas-bases dos balanços; caso contrário, são classificados como ativos não										
circulantes. 2.2.8. Créditos e Obrigações com Partes Relacionadas: Referem-se a contas-correntes mantidas com empresas ligadas, sem remuneração e com vencimento indeterminado. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa "7". 2.2.9. Investimentos: Correspondem a participações diversas em empresas ligadas ao grupo, avaliadas por equivalência patrimonial. Estão detalhados apresentados na nota explicativa "8". 2.2.10. Imobilizado: Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado aos custos de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseadas na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do Ativo Imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens; ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisitos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de <i>impairment</i> em ambos os exercícios. Os ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas não operacionais. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2.2.11. Financiamentos Bancários: São corrigidos com base nas taxas efetivas de contratação, mencionadas na nota explicativa "10", entre as datas de contratação e as datas dos balanços. As parcelas exigíveis até o período de 1 ano da data-base de cada balanço, estão registradas no Passivo Circulante e as demais, vencíveis após o exercício-base, no Passivo não Circulante. São reconhecidos inicialmente pelos valores justos, líquidos dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 2.2.12. Obrigações com Fornecedores: Registrados a valores nominais, correspondem a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, de fornecedores nacionais de serviços e materiais necessários à operação da Companhia e cauções realizadas, sendo classificados no Passivo Circulante, uma vez que os pagamentos são devidos no período de até 1 ano. Estão apresentados na nota explicativa "11". 2.2.13. Reconhecimento da Receita: A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. O montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas e medições a faturar. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. 2.2.14. Distribuição de Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas Demonstrações Contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela Administração, do dividendo mínimo obrigatório de 25%, conforme previsto no Estatuto da Companhia. 3. Gestão de risco Financeiro: • Fatores de Risco Financeiro: As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco estabelece os princípios para a gestão de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não tem como política o uso de instrumentos financeiros derivativos. • Risco Cambial: A Companhia não realiza transações em moeda estrangeira. • Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. As aplicações financeiras estão expostas à variação do CDI e os empréstimos quando existentes a variação do CDI e taxas de juros pré-fixadas. A área de Tesouraria monitora constantemente a flutuação desses indicadores financeiros, a fim de avaliar os riscos e a eventual necessidade de mudanças nos instrumentos financeiros. • Risco de Crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. • Risco de Liquidez: A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a curto prazo ou compromissada que tem menos riscos, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.										
Demonstração do Resultado Abrangente										
									2024	2023
Lucro/Prejuízo do Exercício									2.948	26.320
Total do Resultado Abrangente do Exercício									2.948	26.320
Demonstrações dos Fluxos de Caixa										
									2024	2023
Lucro Líquido do Exercício									2.948	26.320
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa Operacional										
Depreciação e Amortização de Bens do Imobilizado e Intangíveis									1.093	551
Equivalência Patrimonial									(5.615)	(32.740)
									(1.574)	(5.869)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais										
(+/-) Aumento/Diminuição em Contas a Receber									(19.085)	(102.942)
(+/-) Aumento/Diminuição nos Estoques									(1.853)	(45)
(+/-) Aumento/Diminuição em Créditos Tributários									(300)	(117)
(+/-) Aumento/Diminuição de Adiantamentos									(167)	(218)
(+/-) Aumento/Diminuição de Partes Relacionadas									(28.274)	74.136
(+/-) Aumento/Diminuição nos Demais Ativos									(5)	529
(+/-) Aumento/Diminuição em Fornecedores									1.582	(10)
(+/-) Aumento/Diminuição em Obrigações Trabalhistas									1.164	(10)
(+/-) Aumento/Diminuição em Obrigações Tributárias									875	20
(+/-) Aumento/Diminuição em Participações em Consórcios									2.900	–
(+/-) Aumento/Diminuição em Adiantamentos de Clientes									14.185	–
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais									(28.977)	(28.657)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos										
Aquisições de Bens para o Ativo Imobilizado e Intangíveis									(6.323)	(7.141)
Ágio na Aquisição de Investimentos									–	(72.235)
Aquisição Investimento									–	(101.557)
Dividendos a Receber									1.641	4.414
Dividendos Recebidos									37.748	–
Variação no % Investimento									–	5.868
Baixas de Bens para o Ativo Imobilizado e Intangíveis									746	68
Baixas de Depreciação									(592)	(3)
(-) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos									33.219	(170.586)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos										
Empréstimos e Financiamentos									5.226	–
Aumento de Capital									–	263.178
Ações em tesouraria									(2.343)	(3.125)
Dividendos Pagos									(9.944)	–
Cisão Parcial									13	(48.000)
(-) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos									(7.048)	212.053
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e de Equivalentes de Caixa									(4.379)	6.941
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício									12.133	5.192
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício									7.754	12.133
(-) Diminuição de Caixa e de Equivalentes de Caixa									(4.379)	6.941
4. Caixa e Equivalentes de Caixa:										
									2024	2023
Caixa									27	6
Contas Correntes Bancárias									20	1.851
Aplicações de Liquidez Imediata									7.707	10.276
									7.754	12.133
5. Créditos com Clientes:										
									2024	2023
Contas a Receber									8.572	280
Contas a Receber DNIT (*)									109.492	–
Contas a Receber a Longo Prazo									2.322	98.248
Dividendos Propostas a Receber Longo Prazo									1.641	4.414
									122.027	102.942
Circulante									118.064	280
Não Circulante									3.963	102.662
(*) Valor relacionado à ação movida contra DNIT - SP, com trânsito em julgado.										
6. Créditos Tributários:										
									2024	2023
Crédito de IRRF									348	122
Crédito de INSS e COFINS									1	–
Crédito de PIS									470	396
Total de Créditos									819	518
									2024	2023
7. Créditos com Partes Relacionadas:										
Créditos										
Companhia Paranaense de Construção									1.416	6.074
Consórcio Afonso Pena									1.175	18
JRM Participações									265	–
Total de Créditos com Partes Relacionadas									2.855	6.092
Não Circulante									2.855	6.092
Obrigações										
CPE Participações S.A.									–	32.228
Conta Corrente - JM Construções									717	–
Terceiros									543	543
Total de Obrigações com Partes Relacionadas									1.260	32.771
Não Circulante									1.260	32.771
8. Investimentos:										
									Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2024
Participação societária %									31/12/2023	
CPE Participação									37,657	110.486
J6 Energia									10,92	28.904
Ágio CPE									88.477	–
Totais										

WWW.BEMPARANA.COM.BR



Ibema Companhia Brasileira de Papel

CNPJ: 80.228.885/0001-10

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	114.887	68.953	Fornecedores e outras obrigações	16	85.211	90.161
Instrumentos financeiros derivativos	5	5	139	Fornecedores de partes relacionadas	16	80.071	44.650
Contas a receber de clientes	8	123.901	93.664	Fornecedores risco sacado	17	10.314	7.414
Contas a receber de partes relacionadas	8	908	321	Instrumentos financeiros derivativos	5	186	1.872
Estoque	9	93.333	68.910	Empréstimos e financiamentos	19	6.683	19.561
Impostos a recuperar	10	10.755	4.685	Passivos de arrendamento	18	7.513	3.581
Demais contas a receber		12.877	7.135	Obrigações trabalhistas e sociais	20	22.138	16.443
		356.666	243.807	Imposto de renda e contribuição social a pagar	30	10.807	2.888
				Obrigações fiscais	21	2.374	7.729
				Dividendos a pagar	24	17.705	259
				Outras		244.692	194.558
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	20	407	427				
		407	427	Empréstimos e financiamentos	19	110.000	80.000
				Fornecedores de partes relacionadas	16	163	162
				Passivos de arrendamento	18	18.586	15.227
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	2.713	6.641
				Obrigações fiscais	21	2.029	1.326
				Contingências	22	49.610	53.216
				Total do passivo		183.101	156.572
				Patrimônio líquido		427.793	351.130
				Capital social	24	70.000	70.000
				Reserva de reavaliação		26.740	26.027
				Reserva legal		14.192	10.465
				Reserva de Agio		17.462	17.462
				Reserva de lucros		242.481	188.079
						370.875	314.033
						798.668	665.163
Total do ativo		798.668	665.163	Total do passivo e patrimônio líquido		798.668	665.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Nota	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de agio	Prejuízos/lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	19.289	29.316	5.295	-	17.462	219.273	290.635
Aumento de capital social	50.711	-	-	-	-	(50.711)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.288)	-	-	-	1.288	-
Lucro líquido do exercício	-	-	5.170	-	-	98.229	103.399
Em 31 de dezembro de 2023	70.000	28.028	10.465	-	17.462	188.079	314.033
Dividendos	-	-	-	-	-	(17.705)	(17.705)
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.288)	-	-	-	1.288	-
Reserva legal	-	-	3.727	-	-	(3.727)	-
Retenção de lucros	-	-	-	242.482	-	(242.482)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	74.547	74.547
Em 31 de dezembro de 2024	70.000	26.740	14.192	242.482	17.462	-	370.875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativa da administração às demonstrações Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e tem como objeto principal a produção e comercialização de papel cartão, destinado à indústria de embalagens. Suas atividades operacionais desenvolvem-se nas unidades produtivas das cidades de Turvo, Paraná e Embu das Artes, São Paulo.

A Companhia vende seus produtos principalmente no mercado nacional e para América Latina e Europa. Em janeiro de 2024 a Companhia realizou a aquisição de 27,5% do capital social da MRTV Energia S.A., no valor de R\$ 7.853, com o objetivo de consumo de energia elétrica oriundo do parque edício Ventos de Santo Alfredo.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativo biológico e investimentos em instrumentos de patrimônio, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Quais áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Em 2021, por meio de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 22 de junho, a Companhia deliberou pela abertura de uma subsidiária integral na Argentina. Durante todo o exercício de 2024 e de 2023, a subsidiária na Argentina não teve operação, sendo somente desembolsados gastos com despesas para a sua manutenção. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os totais de ativos e passivos dessa controlada totalizam R\$ 73 e R\$ 241, respectivamente. O resultado da subsidiária no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 52 de lucro (em 2023 R\$ 63 de prejuízo).

A Administração optou por não divulgar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 com a consolidação da controlada na Argentina devido à materialidade das operações da mesma em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e nos correspondentes exercícios.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2024.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º. de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locador de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para a Companhia.

Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
- (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b) (i).
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024.

A Administração da Companhia avaliou os impactos práticos associados com essas normas e concluiu que não há efeitos relevantes.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 21 - Falta de convertibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra

moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de convertibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contábil;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "*contracts referencing nature-dependent electricity*". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "*own use*"; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma

contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS

18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:

emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são elaboradas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e apresentadas em milhares de reais.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	25	886.739	920.276
Custo das vendas	26	(643.817)	(638.863)
Lucro bruto		242.922	281.412
Despesas com vendas	26	(41.365)	(29.841)
Despesas gerais e administrativas	26	(96.946)	(102.468)
Resultado de equivalência patrimonial		52	(63)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	3.406	14.150
Lucro antes do resultado financeiro		108.069	163.190
Receitas financeiras	29	8.218	12.190
Despesas financeiras	29	(22.328)	(10.499)
Resultado de variação cambial líquido	29	17.585	(3.285)
Resultado com operações de derivativos		657	(1.696)
Resultado financeiro líquido		4.132	(3.290)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		112.201	159.900
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	30	(41.582)	(54.267)
Diferido	23	3.928	(2.234)
Lucro líquido do exercício		74.547	103.399
Lucro básico e diluído por ação - em reais	32	1,69	2,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	74.547	103.399
Ajuste patrimonial	(1.288)	(1.288)
Resultado abrangente do exercício	73.259	102.111

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	74.547	159.900
<i>Ajustes</i>		
Depreciações e amortizações (Nota 13,14)	14.724	13.821
Amortização do direito de uso (Nota 14)	11.984	4.387
Exatidão ativo biológico (Nota 11)	1.421	-
Provisão para devedores duvidosos (Nota 8)	1.158	(731)
Provisão para obsolescência de estoques (Nota 9)	(2.067)	(2.118)
Variações cambiais e monetárias (Nota 19)	1.859	6
Resultado de equivalência patrimonial	(52)	63
Apropriação de juros de empréstimo e financiamento (Nota 19)	15.121	5.615
Provisões para contingência (Nota 22)	(3.606)	(12.535)
Encargos de passivo de arrendamento (Nota 18)	4.389	1.044
Atualização débito PIS/COFINS s/ aparas	-	(8.149)
Descontinuidade de projeto de investimento	-	5.176
Demais itens que não afetam caixa	(10.260)	-



Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Conforme facultado pelo ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 - a Companhia não adotou o custo atribuído "deemed cost" para a mensuração do ativo imobilizado, considerando que efetuou reavaliações constantes no passado, quando permitido, sendo a última em 31 de dezembro de 2007.

2.11 Arrendamentos

A Companhia aluga um andar de prédio comercial para sua área administrativa, barracão para centro de distribuição em Araucária, casas na vila de Turvo e equipamentos industriais e de informática. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos que variam de 48 a 120 meses, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

2.12 Ativo intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Fornecedores e operações de risco sacado

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.16 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões de custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o plano de participação nos lucros para os funcionários, o qual está baseado em metas globais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratuamente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Quando existentes, os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando uma obrigação de desempenho é satisfatória pela transferência de um bem prometido para um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle desse ativo. Para determinar o momento em que um cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Companhia considera os seguintes indicadores: (i) a entidade tem um direito atual de pagamento do ativo; (ii) o cliente possui título legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente tem os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou o ativo.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis e relevantes para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro, baseado na produção, planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais e custos de capital planejado. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) **Provisões para contingências**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, a Companhia também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente de combinação de negócios, quando aplicável. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

(c) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito no item 2.5.5 da Nota 2, a Companhia efetua análises das contas a receber de outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização (Nota 8).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições com relação ao dólar dos Estados Unidos, euro e libra esterlina.

A política de exposição cambial da Companhia tem como objetivo a proteção do resultado net do fluxo financeiro operacional entre compras e recebimentos em moeda estrangeira (USD, EUR e GBP). Atualmente, a política estipula que o excedente de moeda estrangeira deverá ser parcialmente "hedgeado" (USD acima de USD 300.000, EUR acima de EUR 200.000 e GBP acima de GBP 50.000). Para todas as moedas, o horizonte de projeção e contratação de derivativos será de 90 dias. Os instrumentos permitidos são NDF, Swap e Opções-Plain Vanilla.

	Valor de Referência		Valor de Referência	
	31/12/2024		31/12/2023	
Hedge operacional	Moeda \$	Real	Moeda \$	Real
NDF (R\$ x USD)	1.131	7.003	839	4.062
NDF (R\$ x EUR)	514	3.308	707	3.784
NDF (R\$ x GBP)	308	2.390	-	-
SWAP (R\$ x USD)	1.953	12.702	1.930	9.705

A seguir apresentados os saldos dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais

Ativo

Contas a receber de clientes

Dólares Americanos	6.153	36.986	5.691	28.047
Euros	1.744	10.939	1.536	8.196
Libras	487	3.634	163	1.008

Adiantamentos a fornecedores

Dólares Americanos	130.807	724.577	6	32
--------------------	---------	---------	---	----

Passivo

Fornecedores

Dólares Americanos	6.611	40.118	(56)	(282)
Euros	(4.550)	(28.829)	(1)	(3)

Adiantamento de clientes

Dólares Americanos	(444)	(2.442)	(322)	(1.576)
Euros	(13)	(84)	-	-

Exposição líquida	140.795	784.898	7.617	35.422
-------------------	---------	---------	-------	--------

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de operações de empréstimos de longo prazo, bem como sobre as aplicações financeiras de curto prazo.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

	Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Passivo (empréstimos e financiamentos)	CDI	(116.683)	(99.561)
Ativo (depósitos a curto prazo)	CDI	99.354	53.342
Exposição		(17.329)	(46.219)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para contas a receber, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto aquela que já foram objeto de constituição de provisão para perdas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. Os empréstimos de longo prazo estão demonstrados por faixa de vencimento na Nota explicativa 18. A projeção orçamentária para o exercício atual, aprovada pelo conselho de administração e que contempla novas captações de recursos, demonstra capacidade de cumprimento das obrigações. O perfil de vencimento das dívidas pode ser assim sumariando.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
--	-----------------	----------------------	-------------------------

Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	6.683	55.000	55.000
Fornecedores e outras obrigações	76.792	502	-
Fornecedores de partes relacionadas	80.071	-	-
Fornecedores risco sacado	9.650	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	-	162	-

Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	19.561	40.000	40.000
Fornecedores e outras obrigações	90.161	-	-
Fornecedores de partes relacionadas	44.650	-	-
Fornecedores risco sacado	7.414	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	-	162	-

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo financeiro.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos	116.683	99.561
Fornecedores risco sacado	10.314	7.414
Passivos de arrendamento	26.099	18.808
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(114.887)	(68.953)

Dívida líquida (caixa líquido)	38.209	56.830
--------------------------------	--------	--------

Total do patrimônio líquido	370.875	314.033
-----------------------------	---------	---------

Total do capital	409.084	370.863
------------------	---------	---------

Índice de alavancagem - %	9%	15%
---------------------------	----	-----

O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido diminuiu de 15% para 9%, visto que em 2023 a Companhia investiu R\$ 65.367 em aquisição e arrendamentos de terras para atividade florestal. A Empresa não possui *covenants* (cláusulas restritivas) atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

(a) Nível 1

O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os ativos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(b) Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3. Este é o caso de instrumentos patrimoniais não cotados ou instrumentos de dívida em que o risco climático provoca um ajuste não observável significativo.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.

- O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

- O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado.

A Companhia não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e Nível 3. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2024.

Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento de patrimônio mensurado ao valor justo			
Outros investimentos - MRTV Energia S.A.	-	85	-
Derivativos			
Ao valor justo - usados para hedge (i)	-	5	-
	-	90	-

Passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Derivativos			
Ao valor justo - usados para hedge (i)	-	186	-
	-	186	-

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia tem operações com derivativos exclusivamente com finalidade de proteção (*hedge*).

(a) Composição dos saldos

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 estão identificados a seguir:

Ativos financeiros	2024	2023
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	114.887	68.953
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	124.809	93.985

Instrumento de patrimônio mensurado ao valor justo		
Outros investimentos - MRTV Energia S.A.	85	-

Derivativos		
Ao valor justo - usados para hedge	5	139

	239.786	163.077
--	---------	---------

Passivos financeiros	2024	2023
Outros passivos financeiros		



A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a vencer	114.519	75.943
Duplicatas vencidas até 30 dias	7.507	5.989
Duplicatas vencidas de 31 até 90 dias	465	7.848
Duplicatas vencidas de 91 até 180 dias	2	2.914
Duplicatas vencidas a partir de 360 dias (i)	7.823	7.957
PCLD	130.316	100.651
Total contas a receber	(5.508)	(6.666)
	124.808	93.985

(i) A diferença entre o valor da PCLD e as duplicatas vencidas a partir de 181 dias, referem-se aos títulos da que possuem garantia e não estão provisionados na PCLD.

9 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas	22.242	15.887
Almoxarifado (i)	16.370	12.086
Produtos em processo	16.496	6.819
Produtos acabados	49.805	43.830
Provisão para perdas	(11.579)	(9.512)
	93.333	68.910

Saldo inicial	(9.512)	(7.394)
(-) Reversão da provisão	15.497	16.252
(+) Provisão para perdas estoque	(17.564)	(18.370)
Total	(11.579)	(9.512)

(i) Referem-se a peças de manutenção de itens cujo desgaste ocorre em até 12 meses da instalação.

10 Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS a recuperar	134	35
PIS a recuperar	726	-
COFINS a recuperar	3.293	-
IRRF Aplicação financeira	5.776	3.989
Reintegra	189	23
CSRF A Recuperar	18	8
IRRF Retido na Fonte	622	621
IRPJ saldo negativo	8	8
	10.755	4.685

Circulante	10.755	4.685
	10.755	4.685

11 Ativo biológico

Compreende o plantio de florestas de eucaliptos e pinus localizadas no estado do Paraná. Os saldos estão apresentados pelo valor justo que compreendem os custos recentes nas atividades de plantio incorridos pela Companhia.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.273
Adição	22.827
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.100

Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.100
Exaustão	(1.421)
Pagamento de Arrendamento	1.928
AbSORção Estrutura	2.034
Plantio/Manutenção/Silvicultura	-
Outras baixas	1.635
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.276

O valor justo das florestas em 31 de dezembro de 2024 foi calculado considerando os custos de formação das florestas, uma vez que o plantio é recente, iniciado em 2023.

12 Outros investimentos

Em 2024, a Companhia adquiriu 27,5% das ações ordinárias da MRTV Energia S.A ("MRTV"), empresa de geração de energia eólica. Esta transação foi contabilizada como um investimento em instrumentos de capital pelo seu custo de aquisição e todos seus efeitos serão subsequentemente mensurados ao justo valor.

13 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial	128.249	118.710	-	206	73.366	320.531
Aquisições	25.014	2.807	4	29.940	56.731	114.596
Baixas de ativos	-	(5.177)	-	-	(5.177)	(10.354)
Transferências	7.032	26.219	-	(46.231)	(10.027)	(23.007)
Depreciação	(1.739)	(11.053)	-	(40)	(12.833)	(25.665)
Saldo Contábil líquido	158.552	133.094	-	214	56.491	348.351
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	158.552	133.094	-	214	56.491	348.351
Aquisições	9.322	7.821	-	49	5.864	23.056
Transferências	265	13.025	-	(13.641)	(13.784)	(3.135)
Depreciação	(1.739)	(11.053)	-	(40)	(12.833)	(25.665)
Saldo Contábil líquido	165.331	142.887	-	214	47.714	356.146
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	165.331	142.887	-	214	47.714	356.146
Depreciação acumulada	(18.238)	(291.894)	186	1.141	(966)	(178.377)
Saldo Contábil líquido	147.093	113.993	-	214	46.748	338.041

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração efetuou a análise de fatores internos e externos que pudessem identificar a desvalorização do ativo imobilizado e não identificou tais fatores, de maneira que concluiu não ser necessária a realização de um teste de recuperabilidade.

14 Ativo de direito de uso a passivos de arrendamento

A Companhia aluga um andar de prédio comercial para sua área administrativa, barracão para centro de distribuição em Araucária, casas na vila de Turvo e equipamentos industriais e de informática, realizados por períodos que variam de 48 a 120 meses.

A movimentação dos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 01 de janeiro	18.892	5.592
(+/-) Remensuração	14.745	-
(-) Ajuste	(3.755)	5.059
(+) Adições	10.224	13.888
(-) Amortização	(11.984)	(5.648)
(-) Baixa	(2.502)	-

Saldo em 31 de dezembro	25.620	18.892
-------------------------	--------	--------

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração efetuou a análise de fatores internos e externos que pudessem identificar a desvalorização do ativo de direito de uso e não identificou tais fatores, de maneira que concluiu não ser necessária a realização de um teste de recuperabilidade.

15 Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023		
Custo	31.591	(30.211)
Amortização acumulada	1.360	2.208
Saldo inicial	32.951	28.003
Aquisições	2.208	10.070
Transferências do ativo imobilizado (i)	(988)	-
Amortização	(988)	-
Saldo Contábil líquido	12.668	12.668

Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	45.992	(33.324)
Amortização acumulada	12.668	515
Saldo inicial	33.324	(941)
Aquisições	515	-
Amortização	(941)	-
Saldo Contábil líquido	12.242	12.242

Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	46.507	(34.265)
Amortização acumulada	12.242	515
Saldo Contábil, líquido	12.242	12.242

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração efetuou a análise de fatores internos e externos que pudessem identificar a desvalorização do ativo intangível e não identificou tais fatores, de maneira que concluiu não ser necessária a realização de um teste de recuperabilidade.

16 Fornecedores e outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar aos fornecedores	77.294	80.059
Contas a pagar aos fornecedores estrangeiros	-	898
Contas a pagar aos fornecedores partes relacionadas	80.234	44.650
Contas a pagar aos fornecedores risco sacado (nota 17)	9.650	7.414
Adiantamentos de clientes	2.514	2.133
Outras contas a pagar	6.067	7.072
	175.759	142.225

17 Fornecedores risco sacado

Em 07 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou acordos de antecipação de recebíveis sob a modalidade de cessão de crédito, junto ao Banco Santander. Nos termos desses acordos, as instituições financeiras adquirem os direitos sobre contas a pagar aos fornecedores cadastrados. Além disso, os prazos de pagamento desses fornecedores para essas operações foram ajustados para 60, 90 e 120 dias. A adesão é disponível para todos os fornecedores.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de fornecedores com acordo de financiamento - risco sacado	10.314	7.414
Valores recebidos pelos fornecedores juntos às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionado acima	11.768	9.031

Intervalo de datas de vencimento (quantidade de dias)

Passivo sob acordo de financiamento de fornecedores	94	93
Passivo comparáveis que não estão sob acordo de financiamento de fornecedores (mesma linha de negócios)	69	67

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor - risco sacado, em 2024, foram de R\$ 10.314 e 2023 - R\$ 7.414.

18 Passivos de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 01 de janeiro	18.807	4.996
(+) Encargos	4.389	1.043
(+/-) Remensuração	14.745	-
(+) Adições	10.224	13.888
(-) Contraprestação	(11.147)	(4.919)
(-) Ajuste	(8.320)	3.799
(-) Baixa	(2.599)	-
	26.099	18.807

Circulante	7.513	3.581
Não Circulante	18.586	15.226
Saldo em 31 de dezembro	26.099	18.807

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	2024	2023
Menos de 1 ano	124	2.858
Entre 1 e 2 anos	4.236	2.858
Entre 2 e 5 anos	26.271	12.756
Acima de 5 anos	1.978	2.297

Valores não descontados	32.609	20.769
Juros embutidos	(6.510)	(1.962)
Saldo em 31 de dezembro	26.099	18.807

Taxa média de desconto

Prazo	2024
Menos de 1 ano	12,01%
Entre 1 e 2 anos	13,98%
Entre 2 e 5 anos	5,60%
Acima de 5 anos	8,23%

19 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	6.683	19.561
Capital de giro	6.683	19.561
Não circulante	110.000	80.000
Capital de giro	110.000	80.000
	116.683	99.561

Saldo anterior	99.561	99.561
Captações	30.000	30.000
Juros apropriados	15.121	15.121
Variação cambial	1.858	1.858
Liquidação (principal)	(20.000)	(20.000)
Liquidação (juros)	(9.858)	(9.858)
Em 31 de dezembro de 2023	116.683	116.683

A movimentação dos empréstimos é resumida da seguinte forma:

Saldo anterior	42.530	42.530
Captações	80.000	80.000
Juros apropriados	5.615	5.615
Variação cambial	(1.859)	(1.859)
Liquidação (principal)	(20.000)	(20.000)
Liquidação (juros)	(6.725)	(6.725)
Em 31 de dezembro de 2023	99.561	99.561

Saldo anterior	99.561	99.561
Captações	30.000	30.000
Juros apropriados	15.121	15.121
Variação cambial	1.858	1.858
Liquidação (principal)	(20.000)	(20.000)
Liquidação (juros)	(9.858)	(9.858)
Em 31 de dezembro de 2024	116.683	116.683

(a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários têm vencimento máximo em 2028 e cupons médios em 2024 de 12,20% ao ano. O empréstimo junto ao Banco Itaú S.A possui cláusulas restritivas ("debt covenants"), podem sujeitar a Companhia a ter o vencimento da dívida antecipado pelo credor, caso o índice financeiro decorrente da divisão da Dívida Líquida da Companhia por seu EBITDA, calculada anualmente com base nas suas Demonstrações Financeiras, não seja igual ou inferior a 4,5 (quatro e meio) durante todo o prazo de vigência deste título, até a total liquidação das obrigações por ele representadas, sendo certo que os números relacionados a operação de Project Finance não devem ser considerados no cálculo do referido índice. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu com as referidas cláusulas restritivas.

Quanto a manutenção de índices financeiros sobre os empréstimos contratados em que eventuais descumprimentos façam com que seja exigido o pagamento antecipado do saldo devido, o monitoramento é feito periodicamente através da gestão de riscos da Companhia e mensalmente através de reunião do comitê de gestão financeira.

(b) Demais informações sobre empréstimos e financiamentos

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	2025	2026	2027	2028
Encargos médios dos empréstimos e financiamentos:				
Juros a.a.	34.183	27.500	27.500	27.500
	116.683	116.683	116.683	116.683

	31/12/2024	31/12/2023
ITAÚ	122% CDI	-
ITAÚ	100% CDI + 1,23%	31.859
ITAÚ	100% CDI + 1,23%	53.098
ITAÚ	100% CDI + 1,23%	31.727
	116.683	99.561

20 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Folha de Pagamento	11.917	5.915
Provisões	8.088	7.436
Encargos sociais	2.134	3.091
	22.138	16.443

21 Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.356	5.542
Tributos incidentes sobre a venda	322	190
Tributos retidos	289	236
PERT - Programa especial de regularização tributária (Nota 19.1)	407	-
PERT - Programa especial de regularização tributária (Nota 19.2)	2.374	7.729

Não circulante

PERT - Programa especial de regularização tributária (Nota 19.1)	1.181	1.326
PERT - Programa especial de regularização tributária (Nota 19.2)	848	1.326
	2.029	2.652
	4.403	9.055

21.1 Parcelamentos tributários (Adesão ao PERT)

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao PERT, no montante de R\$ 10.222, na modalidade prevista no art. 3º, inciso III, alínea "b", cumulado com §2º, incisos I e II da Instrução Normativa RFB nº 17/11/2017, entrada em 05 parcelas mensais e sucessivas sendo a primeira em 25/08/2017 no importe de 5% do valor da dívida consolidada sem qualquer redução e o saldo em 145 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 01/2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas e ainda com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para o pagamento parcial do saldo devido incluído no PERT.

	31/12/2024
Valor original do débito	3.954
Multa de mora	790
Juros de mora	5.478

Valor total do débito	10.222
Benefício de redução da multa	376
Benefício de redução dos juros	4.163

Valor líquido do débito

Utilização de prejuízos fiscais	3.029
Pagamentos em caixa	511

Saldo líquido Original

Saldo líquido anterior	1.672
Pagamentos em caixa	(2.085)
Incremento provisão saldo devido	231

Parcela de curto prazo	289
Parcela de longo prazo	1.181
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.470

21.2 Parcelamento Tributário (Adesão Auto Regularização)

Em 31 de janeiro de 2024, a companhia aderiu ao programa de Auto regularização incentivada, conforme previsto nos termos da proposta pela RFB na IN/RFB 2168/2023, que segundo a norma podem ser pagos os créditos tributários que tenham sido constituídos entre 30/11/2023 e 01/04/2024 permite o pagamento do débito sem juros e multas, desde que 50% seja pago quando da solicitação da adesão e o restante seja quitado em até 48 parcelas, o valor total é de R\$ 6.615.292,08, sendo R\$ 3.254.640,84 de principal. Assim, o valor a ser pago seria R\$ 1.627.320,42 de entrada (50%) realizado na adesão em janeiro/2024 e o restante, em 48 parcelas de R\$ 33.902,50 iniciando em 02/2024 os valores mensais.

	31/12/2024
Valor original do débito	1.627
Valor total do débito	1.627

Valor líquido do débito	1.627
-------------------------	-------

Saldo líquido Original	1.627
------------------------	-------

Saldo líquido anterior	1.627
------------------------	-------

Pagamentos em caixa	(373)
---------------------	-------

Parcela de curto prazo	407
Parcela de longo prazo	848

Saldo em 31 de dezembro 2024	1.254
------------------------------	-------

22 Depósitos judiciais e contingências

(a) Depósitos judiciais

O saldo refere-se a depósitos judiciais dos processos trabalhistas e administrativos nos quais a Companhia é parte envolvida.

	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações trabalhistas	325	345
Outros	82	82
	407	427

(b) Movimentação das contingências

	Trabalhistas/ Administrativos/ Cível/ Tributário
Em 31 de dezembro de 2022	65.751
(+) Adição	623
(-) Reversão	(13.158)
Em 31 de dezembro de 2023	53.216
(+) Adição	926
(-) Reversão	(5.090)
(+) Atualização	558
Em 31 de dezembro de 2024	49.610



25 Receita líquida de venda

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno	858.738	934.222
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo	234.250	206.816
(-) Impostos sobre vendas	(194.550)	(212.259)
(-) Devoluções	(10.834)	(7.506)
(-) Abatimentos	(866)	(997)
	886.739	920.276

26 Despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas e materiais de consumo	503.308	482.092
Exaustão ativo biológico	354	-
Despesa de benefícios a empregados	103.881	103.065
Encargos de depreciação e amortização	14.724	19.468
Amortização de contratos - IFRS 16	11.984	-
Despesas de transporte	41.731	47.196
Serviços prestado por pessoa jurídica	28.295	31.933
Comissões sobre vendas	1.476	1.631
Energia elétrica	24.716	29.324
Despesas de manutenção	11.905	12.225
Despesas com aluguel	6.758	6.980
Despesas com seguro	4.911	5.971
Despesas de viagem	2.531	2.342
Custo de serviços prestados	-	-
Outras	25.555	28.946
	782.128	771.172
Custo total das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	782.128	771.172
Custo das vendas	643.817	638.863
Despesas com vendas	41.365	29.841
Despesas gerais e administrativas	96.946	102.468
	782.128	771.172

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Perda (ganho) de energia elétrica (i)	(3.431)	1.030
Ressarcimento de impostos - REINTEGRA	-	194
Perda (ganho) recuperação de créditos (ii)	18	8.149
Outras receitas líquidas (Créditos extemporâneos PIS e COFINS)	-	32
Outras receitas (despesas) líquidas	6.819	(89)
Venda de sucatas	-	671
Contrato de garantias	-	(5.178)
Reversão (provisão) processos tributários (iii)	-	9.340
	3.406	14.150

- (i) Venda de energia elétrica excedente não utilizada pela Companhia.
(ii) Ganho tributário em ação de PIS/COFINS sobre a compra de aparas.
(iii) Refere-se a baixa contábil de projeto de investimento o qual foi descontinuado por apresentar retorno negativo após análises financeiras e estudos de viabilidade.
(iv) Reversão de parte da provisão referente ao IPI alíquota zero.
28 Despesas de benefícios a empregados

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	68.910	68.354
Encargos sobre remuneração	19.224	19.005
Transporte, refeição e assistência médica	15.237	14.784
Outros benefícios	511	922
	103.881	103.065
Número de empregados	746	752

29 Receitas e despesas financeiras

Despesa financeira

Juros sobre empréstimos bancários	(14.870)	(5.615)
Juros sobre arrendamento	(4.389)	(1.043)
Descontos concedidos	(56)	(884)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.230)	(1.496)
Perdas com derivativos realizados	(1.479)	(3.222)
Perdas com derivativos não realizados	(306)	(434)
Juros e outras despesas	(2.340)	(1.461)

Total das despesas financeiras

Receita financeira

Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	8.500	9.529
Deságio compra de ICMS precatório	-	-
Juros ativos e outras (i)	2.717	4.621
Variação Cambial Ativa	-	-
Ganhos com operações derivativas	-	-

Total das receitas financeiras

Variações cambiais

Ativas	197.871	37.213
Passivas	(180.286)	(40.499)

Total de variações cambiais

Resultado financeiro líquido

(i) Composição dos Juros ativos e outras:

Juros ativos e outras

Descontos obtidos	227	245
Juros ativos	47	2.416
Ganhos com derivativos realizado	2.442	1.834
Ganhos com derivativos não realizados	-	126
	2.717	4.621

30 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício foi calculado da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
IRPJ	112.201	112.201	112.201	112.201
CSLL	112.201	112.201	112.201	112.201
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.201	112.201	112.201	112.201
Reavaliação, mais valia e compra vantajosa	1.005	1.005	1.003	1.003
Ajustes no reconhecimento de receita por competência	809	809	(1.234)	(1.234)
Despesas não dedutíveis	2.584	2.584	2.218	2.218
PLR Diretoria	843	-	1.515	-
P&D	(1.494)	(1.494)	-	-
Depreciação fiscal	10.397	10.397	8.489	8.489
Integração	(211)	(211)	(194)	(194)
Provisões	189.394	189.394	223.975	223.975
Recuperação de crédito (Nota 24 e 3)(f)	(18)	(18)	-	-
Juros ativos	(47)	(47)	-	-
Lucro exterior Argentina	-	-	2	2
Equivalência Incorporação	(52)	(52)	63	63
Amortização / Despesas Financeiras IFRS 16	2.655	2.655	6.691	6.691
Efeitos derivativos não realizados	(1.141)	(1.141)	398	398
Atualização débito SELIC	-	-	(2.013)	(2.013)
Atualização IPI Alíquota 0	(190.421)	(190.421)	(238.254)	(238.254)
Lucro fiscal antes da compensação de prejuízos	126.424	125.581	162.177	160.664
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base de cálculo	126.424	125.581	162.177	160.664
Impostos calculados	31.582	11.302	40.521	14.460
(-) PAT	(751)	-	(621)	-
Doação Esporte, Lazer e cultura	(491)	-	(30)	-
IRRF Aplicação financeira Exercício	-	-	(2)	-
(-) Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso (Lei nº 12.232/2010, art. 3º) - Limite 1%	(60)	-	(60)	-
Ajuste anos anteriores	-	-	-	-
Imposto debitado no resultado	30.280	11.302	39.808	14.460

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributável, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	112.201	159.900
Alíquotas normais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas normais	(38.148)	(54.366)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Adições (exclusões) temporárias	(1.685)	(6.090)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	2.179	3.955
IRPJ e CSLL apurados	(37.654)	(56.501)
Correntes	(41.582)	(54.267)
Diferidos	3.928	(2.234)
IRPJ e CSLL no resultado	(37.654)	(56.501)
Taxa efetiva - %	33,56	35,34

31 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada de forma compartilhada pela Ibema Participações S.A. com 50,1% de participação e pela Suzano Papel e Celulose S.A. com 49,9%.

(a) Remuneração do pessoal - chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários da Diretoria e Conselho da Administração	5.751	6.154
Total	5.751	6.154

(b) Transações com partes relacionadas

Ativo circulante	31/12/2024	Compras (i)	Vendas (ii)	Outras receitas	Outras despesas	Passivo circulante	Recebimentos	30/12/2024
SUZANO PAPEL E CELULOSE (i)	339	-	16.080	1.057	-	-	(13.451)	907
JANUÁRIO	-	-	-	3	-	-	(3)	-
IBEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	-	73	-	-	(73)	-
IBEMA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA	-	-	-	4	-	-	(4)	-
PCH IV II GERAÇÃO DE ENERGIA	-	-	-	4	-	-	(4)	-
Contas a receber de partes relacionadas	339	-	16.080	1.064	-	-	(13.531)	907
Passivo circulante								
SUZANO PAPEL E CELULOSE (ii)	44.650	186.797	-	-	-	924.496	-	79.981
JANUÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-
IBEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-
IBEMA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-
PCH IV II GERAÇÃO DE ENERGIA	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de partes relacionadas	44.650	186.797	-	-	-	924.496	-	79.981
Passivo não circulante								
SUZANO PAPEL E CELULOSE SEGURO FIANÇA	162	-	-	-	-	-	-	162
Contas a pagar partes relacionadas	162	-	-	-	-	-	-	162

(i) Relativo à venda de produto acabado (papel cartão e serviços de extrusão)

(ii) Relativo à aquisição de matéria prima (Celulose e Aparas)

32 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	74.547	103.399
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	44.175	44.175
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	1,69	2,34

NOTA DA ADMINISTRAÇÃO - Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2024

A Administração da Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A. ("Ibema" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Perfil da Companhia

A Ibema é uma das principais referências no mercado brasileiro de papelcartão, com foco na produção de soluções de alta performance para a indústria de embalagens. Com sede em Curitiba (PR), e unidades produtivas em Turvo (PR) e Embu das Artes (SP), a Companhia atende tanto o mercado interno quanto o externo, com presença significativa na América Latina e na Europa, onde estão localizados os principais clientes internacionais. Nosso portfólio combina inovação, versatilidade e sustentabilidade, utilizando fibras virgens de manejo responsável e materiais reciclados pós-industrial e pós-consumo, alinhando-se às demandas globais por práticas ESG (*Environmental, Social, and Governance*) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Mensagem da Administração

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente de mercado complexo, mas também por avanços significativos na trajetória estratégica da Ibema. Em um contexto global de desequilíbrio entre oferta e demanda de papelcartão – impulsionado pela expansão de capacidade no mercado asiático e pela redução de consumo em economias como Estados Unidos e Europa –, conseguimos crescer nosso volume de vendas em 4,4% em relação a 2023. Esse resultado reflete o plano de abertura de novos mercados internacionais, que aumentaram sua representatividade em nossa receita, enquanto no mercado doméstico observamos um crescimento do consumo aparente de papelcartão de 717 mil para 782 mil toneladas anuais, conforme dados da Indústria Brasileira

de Árvores (IBA).

Financeiramente, registramos uma receita líquida com leve redução de 3,6% em relação ao ano anterior, impactada pelas dinâmicas de mercado e da pressão sobre preços. Apesar disso, mantivemos margens operacionais competitivas e um EBITDA Ajustado com margem de 15,3%, refletindo a solidez de nossa operação. Nossa posição financeira se fortaleceu, com significativo aumento no caixa e redução da dívida líquida, resultando em um índice de alavancagem de apenas 9%, um dos mais saudáveis do setor.

Mais do que números, 2024 foi um ano de consolidação de nossa visão estratégica. Reforçamos nosso compromisso com a economia circular, ampliando projetos estruturantes de captação de fibras pós-consumo e adaptando nosso portfólio com alternativas de produtos reciclados. Destacamos a expansão do projeto "Estação Preço de Fábrica", com novas operações em São Paulo e Juiz de Fora (MG), em parceria com marcas de bens de consumo, varejo e indústrias. Desde seu início, o projeto já recolheu mais de 1.500 toneladas de resíduos (papel e vidro) e beneficiou mais de 1.200 famílias, gerando uma renda total de quase R\$ 1 milhão. Além disso, implementamos o conceito de Termo de Cessão de Logística Reversa, como parte do nosso compromisso em apoiar nossos clientes no cumprimento das metas da PNRS, reafirmando nosso papel como agente transformador na gestão de resíduos.

Olhando para o futuro, reconhecemos os desafios de mercado como riscos a serem gerenciados com estratégia e inovação. A perda de *share* para produtos importados no mercado brasileiro e as pressões globais de oferta nos exigem agilidade na otimização de custos, na diferenciação de produtos e na expansão de mercados externos. Investimos em eficiência operacional e na diversificação de nossa base de clientes, enquanto mantemos a disciplina financeira que nos permitiu reduzir a alavancagem e fortalecer nossa posição de caixa. Em 2025, seguiremos focados em capturar oportunidades em um mundo que valoriza cada vez mais a sustentabilidade, consolidando a Ibema como referência em soluções de embalagens responsáveis e de alto valor agregado.

Desempenho Operacional e Financeiro

• **Receita e Operações:** Crescemos o volume de vendas em 4,4% em 2024, com destaque para a expansão no mercado externo, que ganhou maior representatividade na receita, enquanto mantivemos uma forte presença no mercado interno.

• **Resultados:** Apesar de uma leve redução de 3,6% na receita líquida, o EBITDA Ajustado manteve uma margem competitiva de 15,3%, evidenciando a solidez de nossa operação.

• **Estrutura Financeira:** Fortalecemos nossa posição de caixa, com um aumento significativo de 66,6% em relação a 2023, e reduzimos a dívida líquida em R\$ 28,8 milhões (cerca de 94%), alcançando um índice de alavancagem de 9%, o que reflete nossa gestão financeira prudente.

• **Investimentos:** Continuamos a investir em inovação e sustentabilidade, com aportes em ativos operacionais. Em 2024, em parceria com a Auren Energia, adquirimos uma participação na MRTV Energia S.A., uma empresa de geração de energia eólica, alinhada à nossa estratégia de uso de energia renovável.

Considerações Finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros pelo apoio contínuo durante 2024. Em um cenário de incertezas globais, a Ibema demonstrou resiliência e visão de futuro, avançando em sustentabilidade e inovação enquanto mantém uma estrutura financeira robusta. Estamos comprometidos em transformar desafios em oportunidades, gerenciando riscos de mercado com estratégia e fortalecendo nossa posição como líder em soluções de embalagens sustentáveis.

Curitiba (PR), 28 de abril de 2025.

Nilton Ferreira Saraiva Junior – CEO

William Tadeu Bauer – CFO

Fábio Luiz Tracz – Contador CRC PR-065367/O-6

IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ibema Companhia Brasileira de Papel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2025

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042584/O-7

3350.6620

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1FE0-DE23-9C7A-AD12> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1FE0-DE23-9C7A-AD12



Hash do Documento

BBD3D1E6A3B3B89D361DB09756E1A9DC9779697B40C0DBE30E23D7804450EFAD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/04/2025 é(são) :

- ☒ Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70
em 30/04/2025 00:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

